

# Projeto Pedagógico do Curso Gestão Pública

## Sumário

<b>DIMENSÃO 1 – PEDAGÓGICA</b>	<b>3</b>
<b>1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO</b>	<b>3</b>
<b>1.2 OBJETIVOS DO CURSO</b>	<b>6</b>
<b>1.3 PERFIL DO EGRESO</b>	<b>7</b>
<b>1.4 ESTRUTURA CURRICULAR</b>	<b>10</b>
<b>1.5 CONTEÚDOS CURRICULARES</b>	<b>11</b>
<b>1.6 METODOLOGIA</b>	<b>13</b>
<b>1.7 PROJETO INTEGRADOR DE GRADUAÇÃO – PIG</b>	<b>14</b>
<b>1.8 APOIO AO DISCENTE</b>	<b>15</b>
<b>1.9 GESTÃO DO CURSO E AVALIAÇÕES INTERNA E EXTERNA</b>	<b>15</b>
<b>1.10 ATIVIDADES DE TUTORIA</b>	<b>18</b>
<b>1.11 TUTORIA – CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES</b>	<b>19</b>
<b>1.12 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA IES</b>	<b>20</b>
<b>1.13 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM</b>	<b>21</b>
<b>1.14 MATERIAL DIDÁTICO</b>	<b>21</b>
<b>1.15 PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM</b>	<b>22</b>
<b>1.16 NÚMERO DE VAGAS</b>	<b>23</b>
<b>DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE</b>	<b>23</b>
<b>2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE</b>	<b>23</b>
<b>2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR</b>	<b>24</b>
<b>2.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR</b>	<b>25</b>
<b>2.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR</b>	<b>27</b>
<b>2.5 CORPO DOCENTE</b>	<b>27</b>
<b>2.6 CORPO DOCENTE – REGIME DE TRABALHO</b>	<b>30</b>
<b>2.7 CORPO DOCENTE – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL</b>	<b>31</b>
<b>2.8 CORPO DOCENTE – EXPERIÊNCIA DOCENTE ENSINO SUPERIOR</b>	<b>31</b>
<b>2.9 CORPO DOCENTE – EXPERIÊNCIA DOCENTE EAD</b>	<b>32</b>
<b>2.10 CORPO DOCENTE – EXPERIÊNCIA TUTOR EAD</b>	<b>32</b>
<b>2.11 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO</b>	<b>33</b>
<b>2.12 TUTORES – TITULAÇÃO E FORMAÇÃO</b>	<b>34</b>
<b>2.13 TUTORES – EXPERIÊNCIA EAD</b>	<b>34</b>
<b>2.14 TUTORES – INTERAÇÃO TUTOR, DOCENTE E COORDENADOR</b>	<b>34</b>
<b>2.15 DOCENTE – PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b>	<b>35</b>
<b>ANEXO A – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA</b>	<b>35</b>

## DIMENSÃO 1 – PEDAGÓGICA

### 1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O presente documento contém o Projeto Pedagógico do **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade EAD** da **Faculdade Legale – Legale** que foi elaborado com base nas Diretrizes Curriculares e atendendo ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do Ministério da Educação, bem como no perfil de egressos com formação para atender às necessidades da sociedade de um modo geral, sobretudo a parcela menos assistida.

O objetivo é dotar os alunos de uma sólida formação técnica, amparada por um embasamento humanístico que lhes proporcione condições de adquirir visão abrangente da realidade em que atuarão. Dessa maneira, o objetivo focado da **LEGALE** encerra a ideia legítima de dotar o município de São Paulo e região metropolitana de um curso de Gestão Pública compatível com as exigências impostas pela sociedade.

A **LEGALE** tem sede no município de São Paulo (SP), com cerca de 12,33 milhões de habitantes no ano de 2020, de acordo com dados do IBGE, sendo o município mais populoso do país. Em se tratando de uma cidade cujos campos de trabalho requerem atuação nas diversas áreas do conhecimento e exatamente por ser um município extremamente populoso, sede do Governo do Estado de São Paulo, a justificativa para tal curso é evidente e óbvia.

Outro contexto educacional pertinente é a necessidade de desenvolver as pessoas e formar profissionais através da oferta de cursos para os jovens nas faixas de 18 a 24 anos, meta primordial do Plano Nacional de Educação: observa-se uma crescente demanda por cursos superiores, além de uma ampla gama de possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho, seja no setor público, seja em empresas privadas.

Todas essas justificativas demonstram que o volume e a qualidade dos recursos existentes no município de São Paulo possibilitaram que o mesmo atingisse um alto grau de maturidade e independência em decorrência da combinação dos fatores anteriormente mencionados.

Com uma infraestrutura de excelência, corpo docente especializado e titulado e uma matriz curricular moderna e convergente com a demanda profissional, o curso estabelece um perfil de formação de acordo com a orientação do Catálogo Nacional de Cursos, engajado na realidade regional, social e mercadológica na qual a instituição está inserida.

O presente projeto pedagógico em consonância com o PDI da LEGALE, prevê as políticas institucionais de ensino, extensão e de iniciação científica, eis que, como entidade não universitária, a LEGALE contempla a pesquisa no âmbito da iniciação científica. Tais políticas, assim, estão voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem, alinhadas ao perfil do egresso, que se encontra descrito também nesse documento, sempre levando-se em conta as melhores práticas inovadoras e exitosas.

O curso de Gestão Pública da LEGALE, que se encontra dentro da grande área de Gestão e Negócios, não se afasta da sua origem e vocação, mas, em busca da necessária e desejada interdisciplinaridade, articula também conhecimentos com outras áreas afins, como Direito, Administração, Ciências Contábeis, Tecnologia, entre outras, de forma a preparar profissionais que reúnam competências e habilidades para atuarem em um mercado em expansão como o de **gestão pública**. O setor de **gestão pública**, por sua pluralidade exige atuação estratégica para atender a um público exigente e variado.

Tais competências e habilidades se fundamentam na nova dinâmica global que exige profissionais com visão profissional do setor, comunicação eficaz, senso de trabalho em equipe, visão sistêmica na elaboração de planos, projetos e programas diferenciados e inovadores, atitude proativa na execução de tarefas e, também, na resolução de problemas, perfil de liderança transformadora e inovadora, criatividade e familiaridade com os recursos tecnológicos disponíveis.

Dessa maneira, o curso foi elaborado tendo como premissa a formação de um profissional com as competências e habilidades requeridas nesse atual cenário e, acima de tudo, um profissional que compreenda a **gestão pública** e, por meio da prospecção de oportunidades, atue de forma assertiva e inovadora com uma formação que privilegie as



diversidades das pessoas envolvidas e atuando com dignidade e ética na sua prática profissional e respeito aos cidadãos.

Os entes Estatais (municípios, governos de estado e federal) não se prestam apenas a garantir a propriedade privada e os contratos, mas principalmente formular e implementar políticas públicas para suas respectivas sociedades, tanto voltadas para o sistema social quanto para o mercado.

Nesse contexto, o Estado é pressionado a adotar práticas gerenciais modernas e eficientes. Tal paradigma está fortemente enraizado na Constituição de 1988. O exercício da função pública no Brasil passou por profundas modificações a partir da atual carta Magna, momento em que foi estabelecido um marco jurídico estruturado para profissionalizá-lo e para afastar da administração pública mazelas históricas, tais como o nepotismo, o patrimonialismo e o clientelismo.

Uma das mudanças mais abrangentes foi o estabelecimento da obrigatoriedade de concurso para o acesso a cargos públicos, determinação taxativa que não existia antes de 1988. Os princípios constitucionais da administração pública – legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência – aos poucos vão sendo adotados nas diversas repartições públicas brasileiras, ora por força de leis regulamentadoras da Constituição, ora por imposição do Poder Judiciário (especialmente do Supremo Tribunal Federal) ao longo das últimas décadas.

Desde 1988 foram implementadas novas formas de atuação da administração pública, tais como as parcerias público-privadas, as parcerias com o terceiro setor e programas sociais voltados para o atendimento às parcelas da sociedade com menos oportunidades. Essa nova dinâmica produziu demandas crescentes por profissionais qualificados para o setor público.

Sendo o Brasil um país federativo de dimensões continentais, o contingente de agentes públicos é numeroso, contando-se em milhares de unidades nos órgãos públicos que operam no âmbito da União, do Distrito Federal, dos vinte e três Estados-membros e dos mais de 5.500 municípios. Só nos Municípios, segundo dados do IBGE de 2014, havia cerca de 6 milhões de pessoas trabalhando nas administrações municipais.

Este projeto pedagógico da LEGALE caracteriza-se por desenvolver uma proposta de ensino que se inicia pelo modo como os docentes organizam as suas atividades - a metodologia, **com a sistemática discutida no âmbito das reuniões de colegiados de curso amparados pelas atividades realizadas pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE**. Neste ponto se destaca que a qualificação docente é política institucional fundamental, traduzida pelo Plano de Carreira Docente e pelo Programa de Capacitação Docente formado apenas por mestres e doutores.

As articulações entre o NDE, o colegiado de curso e a metodologia fazem com que a formação discente se traduza na efetividade na aquisição do conhecimento (saber) e sua extensão pelo desenvolvimento de competências (saber fazer) e habilidades (saber fazer bem), ou seja, a política institucional mais importante é aquela em que o docente é o centro da articulação das políticas institucionais da LEGALE de forma que os resultados se traduzam na formação de um egresso qualificado para o exercício profissional.

Basicamente, a organização das atividades docentes estrutura-se na **(a)** concepção e abordagem de conceitos e competências que devem ser lecionados com base na premissa de que os discentes sejam agentes ativos no processo de ensino-aprendizagem e **(b)** a efetividade pelo emprego de técnicas e estratégias de ensino voltadas a um resultado que é a tradução dos conceitos e competências docentes.

A LEGALE estimulará a articulação entre o estímulo à capacitação docente e as políticas institucionais relativas com a capacitação docente, sendo a iniciação científica uma das vertentes porque se entende que a investigação científica contribui significativamente para a perspectiva de desenvolver nos profissionais egressos a capacidade de decidir e de sempre estarem prontos a rever suas práticas e teorias pelo

confronto de suas ações cotidianas com as produções teóricas, ou seja, pela pesquisa da prática e a produção de novos conhecimentos para a teoria e prática profissional.

É evidente que o processo supramencionado não é imediato e necessita de um tempo para a sua consolidação, mas a **LEGALE** defende e acredita que toda grande jornada se inicia com os primeiros passos.

Para além disso a extensão é o elemento que aproxima o curso da sociedade e sua realidade, através da oferta de cursos e intervenção em problemas da comunidade, o que tornará possível enraizar o curso na realidade concreta, a fim de para que os alunos possam criticamente identificar e estudar seus verdadeiros e significativos problemas e desafios. Em síntese, as atividades de extensão têm como objetivo integrar a instituição à comunidade, com intuito de promover uma ação integradora da Escola à sociedade, levando o discente a aplicar os conhecimentos no futuro campo de atuação profissional.

De modo geral, as políticas institucionais da **LEGALE** têm como finalidades **(a)** aproximar o aluno da realidade na qual trabalhará, **(b)** conhecer a realidade socioeconômica em que a **LEGALE** está inserida, **(c)** consolidar a prática com o conhecimento acadêmico e **(d)** promover atividades comprometidas com experiências que objetivem uma inserção social responsável.

Fica evidente, portanto, que o conjunto de políticas apresentado para a iniciação científica e a extensão não poderá estar desconectado daquela que será a base de sustentação para que todas as outras sejam positivas: o processo de ensino-aprendizagem.

Na definição das políticas institucionais de ensino, a **LEGALE** considera que as diretrizes curriculares e as necessidades municipais e regionais definem as linhas mestras que orientam as ações dos diferentes segmentos acadêmicos, em consonância com a sua missão e sua visão.

Diante disso, a política da **LEGALE** para o curso também se fundamenta na integração do ensino com a extensão objetivando formação de qualidade acadêmica e profissional.

**Dessa maneira, postula-se que os princípios básicos da política institucional são:**

- formação de profissionais na área do curso;
- formação política, social e econômica de cidadãos capazes de interagir na sociedade;
- valorização dos princípios éticos e morais, contribuindo para o bem-estar da sociedade;
- flexibilização dos currículos, de forma a proporcionar ao aluno a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica;
- atualização permanente dos projetos pedagógicos, levando-se em consideração as Diretrizes Curriculares e as demandas socioeconômica;
- incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente e discente;
- qualificação permanente do corpo docente, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas.

Ainda, as premissas deste PPC envolvem não apenas o ensino e a extensão, mas também outros meios para aquisição de conhecimento, bem como também as atividades complementares, que, no âmbito do curso, traduzem-se em disciplina oferecida em todos os semestres, de forma inovadora e agregadora de conteúdos. Tal disciplina, o PIG – Projeto Integrador de Graduação, tem seus contornos e metodologia descritos nesse documento.

Por fim, como política institucional, tem-se o acesso ao curso formalizado sob três modos: **(a)** processo seletivo, **(b)** Prouni, sem necessidade de processo seletivo, **(c)** portadores de curso superior, sem necessidade de processo seletivo e **(d)** transferência de outras IES.

O processo seletivo destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e classificá-los para convocação para matrícula dos classificados em ordem decrescente de pontuação recebida, considerando o número de vagas autorizadas na forma da lei e dispostas em Edital.

As vagas não preenchidas podem ser objeto de novo processo seletivo. A prova de redação é indispensável e a aprovação determinante para o ingresso no curso. Portadores de

diploma de nível superior serão aceitos caso existam vagas no curso. O acesso através do programa PROUNI segue legislação específica sobre o assunto, assim como o acesso ao FIES.

A Monitoria é um instrumento de auxílio ao ensino de graduação, oferecido pela Instituição, através do estabelecimento de práticas pedagógicas que auxiliem no fortalecimento do desempenho dos discentes nas disciplinas da matriz curricular.

O Programa de Monitoria tem como objetivos estimular a participação dos discentes dos cursos de graduação da Instituição no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino e na vida acadêmica da faculdade, criando condições para a iniciação da prática da docência, através de atividades de natureza pedagógica, com o desenvolvimento de habilidades e competências próprias desta atividade.

Para ser monitor de determinada disciplina, o aluno deverá estar de acordo com os requisitos básicos que constam no regulamento de monitoria da faculdade. A **LEGALE** possui regulamento próprio para a monitoria, aprovado pela Congregação.

A **LEGALE** também possui programa de nivelamento de apoio aos discentes, que propicia o acesso aos conhecimentos básicos em disciplinas fundamentais aos estudos acadêmicos, como Matemática e Língua Portuguesa.

O objetivo é dar a oportunidade de rever de conteúdos e adquirir conhecimentos não aprendidos ou esquecidos, auxiliando-os a realizar um curso superior de qualidade. Se houver o interesse do corpo discente, este programa será ministrado no início de cada semestre letivo, para os alunos dos primeiros semestres dos cursos de graduação da Instituição. A **LEGALE** possui regulamento próprio para o nivelamento.

## 1.2 OBJETIVOS DO CURSO

Como dito, o município de São Paulo é um polo gigante empresas que atuam nos diversos setores da economia (um município Cosmopolita e conurbado), principalmente nos setores industriais e de serviços. Dessa maneira, a demanda por profissionais em todas as áreas, especificamente a deste curso superior de Gestão Pública, deverá crescer vertiginosamente, fazendo com que os objetivos para o curso sejam abrangentes e flexíveis.

Em termos gerais, os objetivos do curso são os seguintes:

### **QUANTO AO PERFIL DO EGRESSO**

- Formar cidadãos com postura proativa – críticos, reflexivos e participativos, a partir de ações pautadas em valores éticos, sociais e ambientais;
- Formar profissionais com habilitação para o exercício da profissão, engajado nos contextos histórico, social, econômico e político, inseridos na realidade brasileira e, particularmente, do município de São Paulo e mesmo dos polos propostos no PDI;
- Desenvolver nos docentes e discentes a visão de proteção da sociedade nacional, apoiando as ações inovadoras.

### **QUANTO AO ENSINO**

- Desenvolver o corpo docente através do estímulo à análise e reflexão sobre a realidade do país e mesmo internacional, assim como pela progressão de títulos.

### **QUANTO À PESQUISA**

- Fazer da iniciação científica o instrumento legítimo de pesquisa docente e discente.

### **QUANTO À EXTENSÃO**

- Tornar os **PIG** (PROJETO INTEGRADOR DE GRADUAÇÃO) em importante mecanismo de exercício da cidadania pela disseminação do conhecimento à sociedade, principalmente à população mais necessitada;

- Realizar palestras, seminários e minicursos com especialistas na área jurídica, atendendo demandas específicas do município de São Paulo e mesmo dos polos propostos no PDI.

### **QUANTO ÀS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS**

- Atender, neste projeto pedagógico do curso de Tecnologia em Gestão Pública, o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Tecnologia.

### **1.3 PERFIL DO EGRESSO**

O **Curso de Tecnologia em Gestão Pública** visa formar profissionais que, com conhecimento aprofundado acerca da estrutura, organização e dinâmica da gestão pública nos contextos social, econômico, cultural e ambiental do país, tenham sólido embasamento teórico, associado à capacidade de reflexão e síntese, para atuar na elaboração, análise, avaliação, implantação, organização, planejamento e gestão.

Durante o curso existe articulação entre formação de conteúdo específico, prática profissional e capacidade de atualizar-se continuamente. O perfil do curso fundamenta-se no princípio de que a formação acadêmica deve desenvolver no discente o interesse pelo conhecimento científico e pela pesquisa com a finalidade de que, ao longo de sua carreira, continue em seu processo evolutivo dentro dos princípios do planejamento e da gestão e seja sabedor de que a formação recebida na Instituição foi um dos passos da caminhada ao longo de sua trajetória profissional.

Também é necessária a conscientização de que o futuro tecnólogo em **gestão pública** está sendo preparado para assumir posição de comando, diagnosticando contingências gerenciais e operacionais, apresentando soluções por meio de atualizadas técnicas de planejamento e gestão, buscando flexibilidade e inovação.

A capacidade para liderança é um componente indispensável na preparação do profissional que se pretende. O tecnólogo em **gestão pública** deve ser aquele que atua com ética e responsabilidade, a fim de que as organizações e empreendimentos ligados à gestão pública tenham colaboradores que sejam de excelente qualidade para as funções requeridas. Essa liderança deve emergir, dentre outras, das atuações do profissional nas assessorias especializadas, na elaboração de projetos de planejamento e organização da gestão pública de localidades e de empresas, na gestão dos recursos materiais e ambientais, bem como nas relações interpessoais.

O **Curso de Tecnologia em Gestão Pública da LEGALE** busca preparar o profissional para enfrentar os desafios da realidade brasileira, com formação teórica e prática que lhe permita desde a execução de uma tarefa operacional até o gerenciamento de empreendimentos públicos e privados, bem como o planejamento de gestão pública em diferentes localidades, sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

#### **Quanto aos objetivos específicos de formação do curso, enumera-se:**

- Estimular a formação humanística e técnico-científica do profissional, capacitando-o para atuar em diferentes setores e organizações da **gestão pública**;
- Possibilitar a criação de novos modelos de gestão, usando investigação, curiosidade e espírito inventivo nas soluções de problemas;
- Articular as diferentes áreas do conhecimento, de forma integradora e interdisciplinar, propiciando pontos convergentes para que se tenha uma visão do todo;
- Mediar teoria e prática, possibilitando o pensamento analítico-reflexivo e a maleabilidade cognitiva, para a eficácia do planejamento, organização e gestão de **gestão pública** e atividades afins;

- Capacitar a identificação dos cenários para possibilitar a competência contextual, de modo a torná-lo apto a compreender o meio político, econômico, social, cultural e ambiental na tomada de decisões;
- Desenvolver capacidade de interpretar e interagir em uma determinada realidade, de forma a otimizar os resultados que pretende;
- Capacitar os indivíduos para o exercício da cidadania e da ética em sua vida pessoal e profissional, conscientizando-os de suas responsabilidades enquanto planejadores, gestores e inovadores em **gestão pública**;
- Preparar para assumir posição de comando, diagnosticando contingências operacionais e gerenciais, apresentando soluções por meio de técnicas atuais de gerenciamento, buscando flexibilidade e inovação;
- Estimular a pesquisa, através da iniciação científica, para a ampliação de perspectivas e abordagens dentro das diferentes áreas, buscando a atualização contínua nos diversos campos do saber;
- Relacionar conceitos e fatos históricos para compreender o panorama político-sócio-econômico-cultural e suas necessidades e prioridades;
- Estabelecer conexões entre o passado e o presente, a fim de compreender as mudanças na sociedade e adequá-las à realidade atual e futura.

#### **No desenvolvimento das atividades do curso, procura-se:**

- Propiciar ação coletiva, com linha metodológica única norteando todo o trabalho de formação de profissionais competentes para pesquisar, planejar, organizar, gerir e empreender;
- Ter uma base filosófica e respeito à pluralidade de ideias e ao espírito de equipe;
- Capacitar os docentes e discentes para uma atuação conjunta com base pedagógica, científica e profissional, orientando a formação de profissionais para o mercado de trabalho;
- Capacitar o corpo discente a buscar constantes atualizações em sua área de atuação, através do conhecimento técnico-científico, com base na bibliografia, nos periódicos, nos sistemas de consulta de informações e nos órgãos específicos.

O tecnólogo em **gestão pública**, além do conhecimento teórico-prático específico da área, deverá ainda desenvolver espírito humanístico crítico, contribuindo não só para o crescimento e desenvolvimento do setor, mas também para a melhoria da qualidade de vida das sociedades, com base na formação de cidadão consciente da realidade que o cerca. As principais características para estes fins são **(a)** a formação humanística, **(b)** a formação técnico-gerencial e prática, **(c)** a capacidade crítica em relação a realização de **gestão pública** e às sociedades, **(d)** a utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico para formular problemas e buscar soluções e **(e)** o espírito de liderança e capacidade de tomada de decisões com empatia e equidade.

A gestão pública, na concepção do curso, é uma relação entre as normas jurídicas estabelecidas que orientam a persecução do interesse público com as funções de planejamento, execução e controle desta busca.

Neste sentido, o termo "**tecnologia em gestão pública**" refere-se à garantia da conformidade dos processos, políticas e ações administrativas em cuja articulação são definidas as metas e procedimentos deste espaço de encontro entre o Estado e a sociedade civil – compliance, indicando que o papel do profissional egresso do curso não se esgota no âmbito da Administração Pública direta e/ou indireta, mas estende-se à iniciativa privada em atividades de prestação de serviços e assessoria à gestão de políticas públicas.

O curso tem por objetivo permitir aos interessados nos temas "governo e políticas públicas", adquirir conhecimentos de alto nível sobre essa temática, com docentes



experientes e atuantes em diversas funções, inclusive governamentais, sendo criado para oferecer ao discente uma formação superior para atuar na elaboração, execução e avaliação de políticas públicas.

Os egressos do curso deverão ter perfil capaz de atender ao previsto no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, ou seja:

- I - Diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública;
- II- Desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública;
- III - Planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional;
- IV- Aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional;
- V- Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão
- VI- Avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação;

Nesta perspectiva, o egresso do Curso Superior de Tecnólogo em Gestão Pública da LEGALE deve ir além dessas competências e habilidades, pois deve ainda ser capaz de planejar, executar e controlar os processos inerentes à administração pública, reunindo competências e habilidades que o tornem também capaz de:

- (a) planejar estrategicamente projetos, intervenções administrativas e colaborar em projetos por meio do emprego de metodologias de planejamento;
- (b) interagir com a sociedade por meio da produção de informações e do planejamento desta divulgação, observando as normas que disciplinam a publicidade dos programas e ações governamentais;
- (c) analisar as espécies de receita, despesa e patrimônio na contabilidade geral, bem como compreender a sistemática as dotações orçamentárias de natureza funcional-programática próprias da contabilidade pública;
- (d) avaliar os efeitos das alterações no ambiente econômico sobre a máquina pública em geral e sobre uma determinada política pública;
- (e) gerir os recursos humanos de um ente estatal, compreendendo o comportamento dos sujeitos, lançando mão dos instrumentos adequados de gestão e compreendendo os lineamentos fundamentais de cada regime jurídico funcional e das condições de exercício do poder disciplinar;
- (f) redigir com correção, clareza e congruência, atos administrativos, normas, relatórios, e estudos técnicos necessários ao exercício de suas funções profissionais;
- (g) interagir com o Poder Legislativo compreendendo suas funções e procedimentos internos;
- (h) formular juízos de valor próprios sobre suas ações e sobre a gestão da coisa pública bem como articular estes juízos com as principais concepções éticas vigentes;
- (i) compreender o ciclo de arrecadação – realização de despesas no ente público;
- (j) participar da gestão da administração tributária, do planejamento dos procedimentos e da instrução de processos administrativos tributários, distinguindo as espécies tributárias, suas funções e características;
- (k) participar do processo de planejamento e gestão orçamentária, bem como assumir os procedimentos de empenho, liquidação e pagamento de despesas públicas compreendendo as normas que ditam prazos e condições para a execução orçamentário-financeira;
- (l) assumir o planejamento e operacionalização das compras governamentais, conciliando sua otimização logística às exigências de formalização dos procedimentos licitatórios e contratos administrativos;

- (m) participar do processo eleitoral, compreendendo os requisitos para o exercício da cidadania ativa e passiva, as causas de inelegibilidade e os prazos de desincompatibilização, a organização e funcionamento dos partidos políticos, as regras de financiamento das campanhas partidárias;
- (n) operacionalizar o exercício do poder de polícia e apoiar os processos de regulação e licenciamento da atuação de agentes privados distinguindo aquelas nas quais é facultado ao Estado atuar no domínio econômico, bem como as exigências e formas para a atuação legal do poder de polícia;
- (o) operacionalizar o processo de controle interno e externo da administração pública, com destaque para os atos de controle a cargo dos tribunais de contas, conhecendo as principais resoluções deste órgão e viabilizando a produção dos relatórios exigidos;
- (p) contribuir para a formulação das políticas sociais, com destaque para as de saúde, educação e assistência social;
- (q) contribuir para a formulação da política urbana e ambiental, com destaque para a de uso e ocupação do solo, posturas, habitação e meio-ambiente urbano.

Pretende-se que seus egressos sejam a ponte entre profissionais que, embora sejam graduados em áreas específicas, não possuem a visão de conjunto sobre o desempenho da máquina administrativa.

Para o atingimento dos objetivos acima delineados, concebeu-se uma matriz que contempla disciplinas permeadas pelo caráter da interdisciplinaridade, que possam dotar o aluno dos conhecimentos necessários, articulando disciplinas propedêuticas e dogmáticas, conforme se pode verificar da matriz curricular.

Como já referido nesse documento, o contexto local e regional onde se insere o Curso de Gestão Pública da LEGALE, já descrito acima, é propício para o oferecimento do mesmo, tanto porque há demanda para os egressos, como há disponibilidade de corpo docente qualificado.

Como curso a ser oferecido a distância, permite, ainda, um alcance maior, abrangendo público discente que se estende para além dos contornos do município de São Paulo. Embora a cidade seja notoriamente um polo de trabalho buscado por pessoas do Brasil todo, a demanda por profissionais competentes para gerir a máquina pública que só faz crescer, permite aos egressos do curso um ambiente de trabalho que extrapola em muito o Estado de São Paulo.

#### 1.4 ESTRUTURA CURRICULAR

A matriz curricular do *Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública* foi estruturada em quatro módulos com certificações e aproveitamento de competências específicas, sendo que a realização dos módulos tem o caráter interdisciplinar traduzido pela disciplina **Projeto Integrador de Graduação – PIG** – que articula a teoria das disciplinas oferecidas no módulo (**saber**) com a prática orientada pelos docentes de modo a desenvolver competências (**saber fazer**) e habilidades (**saber fazer bem**).

A capacidade de inovar na área do curso segue dinâmicas que se referem à utilização de técnicas específicas para o setor: da área privada absorve os conhecimentos das modernas técnicas de gestão para melhorar a capacidade do setor público, formando de profissionais que tenham a capacidade de inovar a administração pública do país em qualquer das três esferas, municipal, estadual ou federal.

Dessa maneira, o objetivo é propiciar ao aluno a associação de fundamentos teóricos conceituais ao saber fazer preconizado em cursos superiores de tecnologia. Desde o primeiro semestre, apresentam-se ao discente as problemáticas socioculturais vinculadas à luz da realidade e das características do setor público para que compreenda as dimensões desta prática profissional.

Além disso, leva-o a conhecer sua área de atuação, mostrando fluxos e procedimentos de trabalho, bem como a necessária articulação entre o profissional de gestão pública e as áreas de atuação. Dessa forma, propicia-se ao discente uma visão global e integrada do processo de planejamento, gestão e operacionalização de gestão pública e dos serviços para a gestão pública agregando conhecimento por meio da prática de pesquisas aplicadas desenvolvidas nas disciplinas chamadas **PIG**.

No desenvolvimento dos **PIG's**, o aluno é sistematicamente estimulado a lidar com informações reais, devendo estabelecer contato com gestores e funcionários da **gestão pública**, o contato com o mundo do real sendo fomentado pelas componentes de extensão como visitas técnicas, palestras, seminários, etc. e/ou mesmo a formulação de propostas.

A organização da estrutura curricular do curso apresenta disciplinas que contribuem para a formação humanística, técnica e tecnológica dos alunos, uma vez que a atividade envolve uma diversidade muito grande de oportunidades de trabalho, além do contato direto com pessoas de diferentes grupos heterogêneos, implicando na apreensão de um conhecimento pautado na interculturalidade, acolhimento ao outro, estranho ou estrangeiro, bem como a inclusão e exclusão social e digital, minorias, acessibilidade, sustentabilidade ambiental, econômica e social e questões de gêneros e de cunho étnico-raciais.

Assim, a estrutura curricular leva em conta a flexibilidade, a interdisciplinaridade e é acessível metodologicamente. Não há dúvidas de que sua concepção integra os componentes curriculares do curso na medida em que o aluno avança nos módulos, bem como possui caráter inovador.

Muito embora as novas gerações de estudantes, compostas por jovens ou não, estejam adaptadas ao uso das novas tecnologias, o que permite maior facilidade de acesso ao ensino a distância, o aluno disporá de tutorial para entender o acesso ao AVA, bem como para auxiliá-lo no acompanhamento dessa modalidade de ensino.

Importa ressaltar que, com o advento da pandemia provocada pela COVID-19 a quase totalidade dos alunos egressos do ensino médio já está familiarizada com o ensino a distância, modalidade imposta pelas circunstâncias.

Enfim, de maneira horizontal e vertical as unidades curriculares são desenvolvidas e flexibilizadas visando desenvolver todo o potencial de formação dos futuros profissionais.

A Disciplinas de Libras, contemplada na matriz, é optativa.

## 1.5 CONTEÚDOS CURRICULARES

A construção da matriz e, conseqüentemente, dos conteúdos a ela vinculados nas unidades disciplinares segue a perspectiva de que a atividade do tecnólogo se encaminha no sentido de formar um profissional com efetiva competência para a ação na **gestão pública**. Em vista dos objetivos gerais e específicos, a proposta curricular tem como princípios fundamentais:

- estrutura curricular multidisciplinar que proporcione aos alunos a aquisição e difusão de conhecimentos técnicos e científicos, e caracterizado pela conjunção entre teoria e prática;
- diálogo inter e transdisciplinar proporcionado por atividades que abrangem várias áreas do conhecimento para atender a esta formação superior específica;
- interação do curso com a sociedade estabelecendo canais de trocas permanentes por meio de seminários abertos à participação da sociedade, estudos de casos, visitas técnicas e trabalhos de campo realizados em órgãos públicos que visam propiciar contato com questões contemporâneas com a complexidade e dinamicidade da experiência de **gestão pública**, além de aspectos humanísticos como a universalização de direitos para grupos étnico-culturais específicos, a redução da desigualdade social e a promoção do desenvolvimento com sustentabilidade ambiental.

A proposta curricular abrange disciplinas que mesclam saberes oriundos da gestão, administração, das ciências contábeis, do Direito com conhecimentos específicos da área da administração pública, da formação humanística e das políticas públicas.

As unidades curriculares são divididas em quatro módulos, conforme visualizadas na matriz curricular, e os conteúdos curriculares das disciplinas, assim como as bibliografias básicas e complementares são apresentadas no Anexo 1.

O Módulo I tem natureza de ciclo básico, com o módulo II apresentando ao discente matérias estruturantes da área-meio do setor público sem perder de vista o eixo das políticas públicas e as tendências da administração pública. No módulo III, já se valendo da maturidade alcançada, o aluno avança para temas específicos. Por fim, no módulo IV apresenta-se disciplinas de fechamento do curso para a contextualização geral da área de formação do tecnólogo egresso.

Ressalte-se que o vínculo dos estudantes com a atividade prática é buscado com a oferta da disciplina PIG em todos os módulos do curso.

Tal proposta visa enfatizar o desenvolvimento de competências e a apreensão de conteúdos por intermédio da interdisciplinaridade e de elementos integradores em nível horizontal e vertical, contribuindo, ainda, para a atualização curricular frente às demandas mercadológicas, acadêmicas e sociais, notadamente no que se refere ao contato do aluno com disciplinas específicas da área de formação, já durante o primeiro semestre do curso.

**A matriz curricular, abaixo disposta, contempla conteúdos que se referem à políticas de educação ambiental (Responsabilidade Socioambiental), de Direitos Humanos (Ética e Cidadania) e de educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Diversidade Cultural), diferenciando o curso dentro da área profissional e induzindo o contato com o conhecimento recente, através das práticas inovadoras.**

A seguir se apresenta a **matriz curricular** do **CST em Gestão Pública**.

### **MATRIZ CURRICULAR**

<b>Módulo 1 - Bases da Gestão Pública</b>		<b>Módulo 2 - Áreas da Gestão Pública</b>	
Matemática e Estatística	<b>80</b>	Matemática Financeira	<b>80</b>
Introdução ao Estudo do Direito	<b>80</b>	Análise de Demonstrações Contábeis	<b>80</b>
Teorias da Administração	<b>80</b>	Gestão Tributária	<b>80</b>
Contabilidade	<b>80</b>	Administração de Recursos Humanos	<b>80</b>
Economia e Gestão	<b>40</b>	Gestão de Projetos	<b>40</b>
Planejamento Estratégico	<b>40</b>	Ética e Cidadania	<b>40</b>
Projeto Integrador de Graduação I	<b>80</b>	Projeto Integrador de Graduação II	<b>80</b>
<b>Módulo 3 - Gestão Pública</b>		<b>Módulo 4 - Gestão Pública Avançada</b>	
Licitações e Contratos Públicos	<b>80</b>	Gestão de Contratos	<b>80</b>
Gestão de Pessoas e Servidor Público	<b>80</b>	Direito Municipal e Eleitoral	<b>80</b>
Finanças	<b>80</b>	Orçamento Público	<b>80</b>
Sistemas de Informação	<b>80</b>	Planejamento Urbano	<b>80</b>
Responsabilidade Socioambiental	<b>40</b>	Diversidade Cultural	<b>40</b>
Técnicas de Comunicação	<b>40</b>	Metodologia Científica	<b>40</b>
Projeto Integrador de Graduação III	<b>80</b>	Projeto Integrador de Graduação IV	<b>80</b>
<b>Carga Horária Total - horas/aula</b>	<b>1920</b>	<b>Carga Horária Total = 1920 horas</b>	
LIBRAS – optativa	<b>80</b>		

## 1.6 METODOLOGIA

O **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública** tem a duração de dois anos. Os fundamentos teórico-metodológicos do curso norteiam-se na existência de quatro eixos:

- (1) o processo de ensino e aprendizagem;
- (2) o planejamento pedagógico;
- (3) a prática pedagógica;
- (4) avaliação dos alunos e da instituição.

No **primeiro eixo**, o processo de ensino e aprendizagem, busca-se no curso que os docentes e alunos compreendam que a aprendizagem deve provocar mudanças efetivas no comportamento dos alunos, ampliando mais e mais os seus potenciais, percebendo a relação entre o que está aprendendo e a sua vida, mesmo considerando que os alunos aprendem de maneiras diversas.

Dessa maneira, o processo de construção do conhecimento não deve ser engessado por regras do tipo memorizar-aplicar, mas sim pela compreensão e ampliação de conteúdos que tragam mais referências para formar as analogias necessárias ao aprendizado através de um processo de compreensão conceitual e reflexão sobre os mesmos.

Para se compreender o processo de construção do conhecimento, deve-se estimular múltiplas dimensões: cognitiva, social, emocional, biológica, etc. Destaca-se a importância da interação social ativa dos alunos como elemento importante na construção do conhecimento. Desse parâmetro nasce a importância de que as atividades interativas sejam parte sempre presente, propostas a partir de estudos de casos e apresentação de problemas que tenham como base conhecimentos prévios para a realização das atividades, estimulando no discente a relação teórico-prática.

Essa abordagem sociointeracionista para a aprendizagem acelera a internalização de conhecimentos, a partir de processos anteriores de troca numa dimensão coletiva. Segundo Vigotsky, a aprendizagem deflagra vários processos internos de desenvolvimento mental, que tomam corpo somente quando o sujeito interage com objetos e sujeitos em cooperação.

Passando ao **segundo eixo**, nada se faz bem, sem que haja planejamento. Desde o simples ato de atravessar uma rua, quando se olha para os lados para se evitar atropelamentos, até as atividades mais complexas. É neste contexto que se enquadra este PPC, que é o planejamento geral do curso.

Mas este PPC ultrapassa a mera elaboração de planos, que normalmente só se prestam a cumprir exigências burocráticas, ao buscar uma direção e um sentido para o curso. É uma ação intencional, com um sentido explícito, que é o de ofertar um curso que desenvolva nos alunos algumas virtudes importantes e caras para a nossa sociedade, como a honestidade, o bem servir, a postura ética, o respeito à comunidade e ao meio ambiente, ou seja, a intenção da **LEGALE** é formar um cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Esta é uma tarefa que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo, não somente os docentes e discentes, mas também a comunidade como um todo.

O planejamento, do ponto de vista estratégico, não é outra coisa senão a ciência e a arte de construir maior governabilidade aos nossos destinos. Neste ponto insere-se o **terceiro eixo**, a prática pedagógica. Um dos grandes desafios de quem se propõe a ser mediador do conhecimento [docente] é a possibilidade e a capacidade de desenvolver estratégias diversas de ensino. Esta realidade é consequência de outra, que é o fato de que as pessoas são diferentes umas das outras, o que faz com que seja inadequado um professor utilizar sempre o mesmo e único método de ensino, sendo importante adaptar a situação às pessoas envolvidas.

Finalmente, no **quarto eixo**, fechando todos os anteriores, temos o processo avaliativo. As avaliações de desempenho dos alunos partem do pressuposto de que se defrontar com dificuldades é inerente ao ato de aprender.

Assim, o diagnóstico de dificuldades e facilidades deve ser compreendido não como um veredicto que irá culpar ou absolver o aluno, mas sim como uma análise de sua situação escolar atual, em função das condições de oferta de ensino.



Nestes termos, são resultados típicos das avaliações de desempenho analisá-las para determinar quais problemas o aluno vem enfrentando, porque não conseguiu alcançar determinados objetivos e a qualidade do processo de aprendizagem desenvolvido. A avaliação escolar deve ser empregada para aperfeiçoar o ensino. A avaliação escolar exige também que o professor tenha claro, antes de sua utilização, o significado que ele atribui a sua ação educativa.

Importa ressaltar que a metodologia do curso se adequa às DCN dos Cursos Superiores de Tecnologia, sendo voltadas, como já expresso nesse documento, à articulação entre teoria e prática. No Projeto Integrador de Graduação, sobretudo, o aluno vivenciará os aspectos práticos do curso, na medida em que precisará do conhecimento teórico adquirido para solucionar as atividades propostas. Entretanto, o curso de Gestão Pública da LEGALE prevê também a aplicação de atividades de caráter prático e teórico em todos os módulos, a serem aplicadas por professores e tutores.

A autoavaliação institucional é o movimento inverso ao da avaliação de desempenho dos alunos. Ela permite aos alunos expressar suas percepções em relação ao que lhes está sendo ofertado e, por meio da análise dos resultados, a IES deve buscar melhorias ou explicitar certas ações não compreendidas pelos alunos.

## 1.7 PROJETO INTEGRADOR DE GRADUAÇÃO – PIG

O **projeto interdisciplinar de graduação** constitui-se em prática de caráter interdisciplinar e de auto aprendizado cujo tema está relacionado ao desenvolvimento de competências e habilidades na área do curso de modo e do módulo, objetivando colaborar com a formação profissional, humana e cidadã dos discentes, orientando-os para a inserção político-social. Adota assim, como princípio, o papel ativo dos discentes na construção do conhecimento, sendo desenvolvido em todos os semestres com base o conteúdo das disciplinas do semestre, conforme mencionado.

No curso de Gestão Pública da LEGALE, as atividades complementares se desenvolvem no âmbito da presente disciplina, presente em cada um dos quatro módulos.

A inclusão do **PIG** na estrutura curricular dos cursos de tecnologia da **LEGALE** vem propiciar, através da elaboração coletiva e da troca de experiências necessárias à sua realização, uma constante avaliação e revitalização dos processos de ensino e aprendizagem, levando os docentes a se organizar para planejar suas ações, avaliar suas consequências e as replanejar.

Os discentes devem trabalhar o processo de aprendizado de forma interativa e interdependente (sistêmica) e organizada em grupos a serem formados virtualmente, em proposta como o conteúdo desenvolvido no formato de uma wikipédia onde cada uma dos envolvidos deverá inserir suas partes formando um todo único, devendo cada grupo escolher dois responsáveis pela contextualização conjunta em cada semestre. A ideia é que o grupo construa e desenvolva sua autonomia intelectual através do auto aprendizado coletivo, sob supervisão docente.

A supervisão docente irá facilitar a construção, apresentação e avaliação do trabalho interdisciplinar. Os **PIG** estarão sempre em conformidade com os planos de ensino indicados pelos docentes dos referidos componentes curriculares do semestre letivo.

Os **PIG** são desenvolvidos, obrigatoriamente, em grupos de no mínimo 4 (dois) e de no máximo 8 (quatro) alunos sob supervisão docente e auxiliado por tutores tanto na composição dos grupos como na manutenção de seus membros, cabendo aos alunos a responsabilidade pela manutenção de um grupo solidário, ético e responsável para com suas atividades acadêmicas.

Todos os trabalhos são elaborados a partir de proposições oferecidas e desenvolvidas sob orientação do docente considerando-se as disciplinas do semestre.

O produto final do **PIG** constará de um documento final entregue, como mencionado, nas avaliações bimestrais presenciais e é a base para a certificação modular.

## 1.8 APOIO AO DISCENTE

Um curso superior que prima estar entre os melhores deve se primar por duas questões: a qualidade do corpo docente e a qualidade do atendimento ao discente. Neste item são apresentadas as ações da **LEGALE** no tocante ao atendimento discente.

O **atendimento pedagógico** será exercido no primeiro instante pelos docentes e tutores através dos canais de atendimento disponibilizados no site e no AVA e, no segundo instante pelo Coordenador do curso, pelos mesmos canais e, em casos específicos, telepresencialmente ou mesmo presencialmente, mediante prévio agendamento.

Existirá o **atendimento psicopedagógico (realizado por psicólogo)** contratado para prestar auxílio aos alunos no que tange as questões que estejam influenciando em seu aproveitamento acadêmico, ou mesmo que os possam levar à desistência do curso. Os alunos terão direito a um atendimento por semestre, que se dará de modo telepresencial, mediante agendamento. Caso se faça necessário, tal atendimento/acompanhamento poderá ser estendido, após análise do profissional e encaminhado à Coordenação do Curso. Tal atendimento tem como objetivo principal ações de prevenção e de intervenção, para melhoria da qualidade da vida acadêmica do discente e assim também, por consequência, o processo de aprendizagem durante o curso, refletindo na sua formação como ser humano e futuro profissional.

Outra instância para os discentes fazerem valer suas posições é a representatividade no colegiado de curso e congregação, além de participação na CPA – sobre o processo de **auto avaliação institucional**, seus resultados influenciam diretamente na determinação de ações de melhoria da vida acadêmica do discente.

Outro mecanismo importante para o atendimento ao discente, além dos mencionados, são os tutores (na sede), e a ouvidoria, canal sem interferências e confidencial entre o aluno e a Direção da **LEGALE**.

A qualquer momento o discente poderá entrar em contato com os tutores, professores e Coordenação, através de canais específicos disponíveis no site da LEGALE. O primeiro contato é feito por e-mail e, mediante agendamento prévio, poderão ser atendidos através de aplicativos de videoconferência ou mesmo presencialmente, sempre resguardado a intimidade e privacidade dos discentes.

Para questões acadêmicas relativas aos processos, registros e outros controles acadêmicos do curso, os discentes poderão acessar a Secretaria Virtual. Do mesmo modo, tem acesso à equipe da Tesouraria para as questões financeiras relativas ao curso. Tais atendimentos se dão por e-mail, telefone ou via chat.

A LEGALE prevê programas de nivelamento e de monitoria com finalidade de melhoria do processo ensino-aprendizagem, os quais se encontram descritos nesse projeto. Por fim, a IES busca cumprir integralmente aos **portadores de necessidades especiais** as condições de acessibilidade, aos portadores de **deficiências auditivas** as condições determinadas pela legislação por meio da existência de intérpretes, quando houver atividades nas quais se fizer necessário, e aos portadores de **deficiências visuais** as condições de acesso aos materiais necessários.

## 1.9 GESTÃO DO CURSO E AVALIAÇÕES INTERNA E EXTERNA

Todos os resultados das avaliações internas e externas são consideradas para a gestão do curso, situação essa que se apresenta como condição essencial para não somente a sua eficácia (objetivo) e eficiência (melhor relação custo-benefício para alcance do objetivo), mas principalmente para a sua efetividade (que os objetivos produzam resultados no foco do objetivo): ou seja, não basta produzir bons materiais didáticos, mas é necessário que esses materiais provoquem mudanças efetivas nos discentes no que diz respeito à comparação entre a situação do aluno quando do ingresso no curso e a situação como egresso do curso.

A base para a gestão do curso são os relatórios de avaliação institucional que são encaminhados ao Ministério da Educação anualmente, onde a coordenação dos cursos e os

órgãos relacionados - colegiados e NDE, buscam as informações para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Dessa maneira, é importante que o relatório seja o mais abrangente possível, contendo elementos das avaliações interna e externa e também aqueles relacionados com as ações dos órgãos e gestores acadêmicos.

Em síntese, o relatório de avaliação é uma atualização anual do **planejamento** estratégico da **LEGALE**, expresso no seu PDI, que deve não somente ser enviado ao Ministério da Educação, mas também divulgado para toda a comunidade acadêmica.

O relatório deve conter os dados da instituição, a composição da CPA e a descrição e o planejamento da autoavaliação interna.

Deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados (internos e externos), os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados – no relatório deverão ser apresentados os dados e as informações pertinentes a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI.

A seção do relatório destinada ao desenvolvimento deverá ser organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei N° 10.861 (institui o SINAES), apresentadas a seguir.

#### **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

#### **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional**

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

#### **Eixo 3: Políticas Acadêmicas**

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

#### **Eixo 4: Políticas de Gestão**

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

#### **Eixo 5: Infraestrutura Física**

Dimensão 7: Infraestrutura Física

Deste modo, será possível estabelecer coerência e continuidade entre os dados apresentados, facilitando o desenvolvimento do relatório de auto avaliação, bem como o processo avaliativo em sua integralidade.

### **AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Para a **LEGALE**, a consolidação da avaliação das condições de ensino é elemento fundamental, agregando os resultados da avaliação dos estudantes nas disciplinas, da avaliação interna, da externa (in loco e ENADE) e da discussão com a comunidade acadêmica.

Dessa maneira, as avaliações estão articuladas como partes de um mesmo processo, sendo orientadas pelos mesmos princípios e propósitos, ressalvadas as prerrogativas da crítica e a liberdade de julgamento dos avaliadores externos.

O processo de autoavaliação institucional engloba a atividade acadêmica, a gestão e a infraestrutura. São avaliadas a graduação, pós-graduação e os programas institucionais. É

executada durante o ano letivo, com a parte socioeconômica no primeiro semestre e a infraestrutura, o corpo docente e os setores de apoio no segundo semestre.

O processo de autoavaliação se baseia na visão do discente sobre todos os aspectos acadêmicos e físicos da instituição, somado à autoavaliação dos professores e coordenadores. O delineamento de processo autoavaliativo periódico se faz desde a construção e concepção do presente processo e se estende nas proposituras de ações futuras da IES.

A fala dos discentes se materializa através da análise das respostas, convertidos em gráficos e tabelas, criando um conjunto de instrumentos analisados e aprovados pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, com espaço para opiniões dos docentes, coordenadores e direção. O conjunto de instrumentos deve ser submetido para aprovação à Congregação da **LEGALE**.

Concluída esta etapa, o Plano de Melhorias é elaborado pela Direção Geral e Coordenadores de curso, sendo que a sua execução está a cargo dos mesmos, sob supervisão da CPA.

Durante todo o processo de análise, a CPA deve realizar a avaliação dos procedimentos e instrumentos, visando à sua otimização, sendo que as alterações nos instrumentos devem ser aprovadas pela Congregação.

Diferente dos objetivos de avaliação das disciplinas, na avaliação institucional o foco é produzir mudanças nas atitudes, valores e comportamentos da comunidade acadêmica.

Assim, a LEGALE, com o permanente processo de autoavaliação busca se apropriar dos resultados, de forma a incorporá-los para as melhorias e mudanças que se fizerem necessárias no curso.

### **AVALIAÇÃO EXTERNA PELO MEC**

Com a acordância e o envolvimento dos agentes acadêmicos – gestores, coordenadores, docentes e discentes, os atuais procedimentos de avaliação e supervisão têm fundamento legal no inciso IX do artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96), que arrola como atribuições da União “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e estabelecimentos do Sistema Federal de ensino Superior”.

Atualmente, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é o instrumento de avaliação superior do MEC/Inep. Ele é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições (verifica as condições gerais de funcionamento dos estabelecimentos de educação superior), dos cursos (análise das condições de ensino oferecidas pelo curso) e do desempenho dos estudantes (ENADE).

Através desses instrumentos pretende-se traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da educação Superior (CONAES). A operacionalização será do INEP.

As informações obtidas com o SINAES devem ser utilizadas pela IES, para orientação da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, pelos órgãos governamentais, para orientar políticas públicas, e pelos estudantes, instituições acadêmicas e públicas em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

De acordo com legislação específica do MEC/INEP, a Avaliação dos Cursos de Graduação é um procedimento utilizado pelo MEC para o reconhecimento ou renovação de

reconhecimento dos cursos de graduação, realizada de maneira periódica e tendo como objetivo o de cumprir as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior a fim de garantir a qualidade do ensino oferecido pelas IES.

As informações fornecidas pelas IES auxiliam a análise dos avaliadores das condições e situações do curso.

O formulário é composto por três dimensões: a qualidade do corpo docente, a organização didático-pedagógica e as instalações físicas, com ênfase na biblioteca.

## **ENADE**

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é um dos procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O ENADE verifica o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores no âmbito específico de sua profissão.

Seus resultados poderão produzir dados por instituição de educação superior, categoria administrativa, organização acadêmica, município, estado e região. Assim, serão constituídos referenciais que permitam a definição de ações voltadas para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, por parte de professores, técnicos, dirigentes e autoridades educacionais.

Os padrões mínimos para o Exame serão definidos por Comissões Assessoras de Avaliação de Áreas e pela Comissão Assessora de Avaliação da Formação Geral, segundo determina a Portaria nº 4.049, de 9/12/2004, que regulamenta o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Essas comissões, compostas por especialistas de notório saber, são constituídas por Portaria Ministerial após consulta à Secretaria de Educação Superior (SESu/ MEC), ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e aos conselhos federais de profissões regulamentadas, associações científicas e associações nacionais de ensino das áreas.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme o art. 5º, § 5º, da Lei nº 10.861, de 14/4/2004, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular em relação a essa obrigação.

Será aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e último ano do curso. A data é definida pelo Ministério da Educação.

## **1.10 ATIVIDADES DE TUTORIA**

As atividades de tutoria foram concebidas com base na experiência profissional dos gestores, coordenadores, docentes e tutores e nas experiências externas relatadas em diferentes meios.

A estrutura é organizada sistemicamente, ou seja, todos os componentes são independentes, mas interagem e são interdependentes para que a oferta de ensino à distância alcance os objetivos pedagógicos propostos.

A premissa para o ensino à distância possui particularidades que o diferenciam do ensino presencial, particularmente no que se refere ao fato de que o ensino à distância necessita de um eficiente acompanhamento dos alunos - a presença semanal deve ser monitorada eficientemente pelos docentes e tutores, sendo importante para os alunos de EAD a existência de canais eficientes de comunicação entre alunos e a instituição, o que torna indispensável a efetividade das tecnologias de informação e comunicação.



**Não obstante essa premissa, mais importante é a existência de tutores qualificados para garantir a efetividade das diversas ações que compõem o processo de ensino-aprendizagem como as comunicações eletrônicas através de mensagens, a efetividades de fóruns e chats quando existentes, além de acompanhar a participação dos alunos e estimulá-los ao desenvolvimento de duas atividades.**

Assim, a **LEGALE** criou uma infraestrutura de comunicação que serve de suporte para a organização de uma rede de acompanhamento acadêmico praticamente contínua por parte dos docentes e principalmente dos tutores, onde os alunos buscam a solução de suas demandas de maneira sustentada e adequada.

Essa arquitetura permite que os alunos sejam atendidos em relação às suas demandas no curso, de maneira a motivá-los e mitigar a evasão.

Os tutores são qualificados continuamente e estão inseridos no mesmo contexto da carreira docente através do **Programa de Incentivo à Capacitação Docente [PICD]**, com a meta institucional de que mais de 100% de seus membros tenham cursos de pós-graduação *stricto sensu*, além de outras qualificações necessárias para a oferta à distância.

As atividades dos tutores da LEGALE, assim, **contemplam** o atendimento às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, **considerando** a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais.

Os tutores inicialmente darão suporte aos alunos por via remota, atuando na solução de questões relativas ao conteúdo das disciplinas, mediante intervenção aliada aos docentes responsáveis, bem como àquelas pertinentes ao acompanhamento do progresso do aluno. O contato com os discentes, nesse sentido, far-se-á através do AVA e por e-mail.

Os tutores estão incumbidos, junto aos docentes do planejamento das avaliações periódicas dos discentes, sendo aptos a fornecer feedback que embasa as necessárias ações corretivas e o aperfeiçoamento e planejamento das futuras atividades.

Essas ações junto aos tutores permitem uma maior efetividade do processo de ensino-aprendizagem dado que são desenvolvidas por profissionais competentes (saber fazer) e hábeis (saber fazer bem), motivando e estimulando os alunos para os estudos e mesmo destacando a importância da disciplina e necessidade de esforço pessoal, que terminam por desenvolver o processo de autoaprendizagem tão necessário para o ensino à distância.

## **1.11 TUTORIA – CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES**

A LEGALE acredita que o sucesso do projeto desse curso de Gestão Pública depende muito da atuação competente, responsável e sensível do tutor. Desse modo, a preocupação com a atualização contínua do corpo de tutores faz parte da política de desenvolvimento profissional da instituição. Para tanto, prevê que os tutores tenham experiência e/ou formação para a atividade.

Considera a LEGALE que a seleção, bem como a formação do tutor em qualquer proposta de ensino a distância são requisitos indispensáveis para garantia da qualidade do curso.

Tanto para os docentes do curso que também são professores tutores, como para os tutores, a LEGALE realiza OFICINAS periódicas para treinamento, atualização e para incorporação de inovações pedagógicas, as quais serão promovidas por profissionais especialmente designados para esse fim.

Além do conhecimento (saber), é importante ter competências (saber fazer) e habilidades (saber fazer bem). Dessa maneira, os tutores deverão ter competências e habilidades para:

- conhecer e operacionalizar o ambiente virtual de ensino-aprendizagem;
- informar o aluno sobre os diversos aspectos que compõem o sistema de educação a distância, facilitando o processo de aprendizagem;
- tirar dúvidas quanto a informações relacionadas ao curso em questão;

- motivar e estimular o aluno, em torno para o processo de aprendizagem, fomentando a importância do autoaprendizado e, conseqüentemente, da auto responsabilidade;
- controlar a participação dos estudantes no ambiente virtual de ensino-aprendizagem;
- familiarizar o aluno com a metodologia, ferramentas e materiais do processo de ensino;
- desenvolver e ampliar a efetividade do processo de ensino-aprendizagem;
- trabalhar com mídias e técnicas de comunicação digital ou não;
- apontar falhas no sistema de tutoria;
- apontar falhas e sugerir melhorias no sistema de educação a distância;
- estar em contínua qualificação, participando de atividades de formação e estudos em EAD;
- detectar com antecedências as possíveis dificuldades e problemas de aprendizagem que poderão surgir, possibilitando a busca de soluções;
- conhecer os alunos, entendendo as diferenças individuais no ritmo de aprendizagem;
- auxiliar os alunos nas atividades, respondendo dúvidas por e-mail, Chat ou telefone;
- incentivar uso de bibliotecas e material de apoio, estimulando a pesquisa e similares;
- fazer avaliação das atividades realizadas pelos alunos e retornar aos alunos os resultados das mesmas, comentando-as;
- conhecer fundamentos, estruturas, possibilidades e metodologia da educação a distância;
- facilitar o contato entre aluno e instituição;
- manter contatos com professores e agentes do processo de ensino-aprendizagem;
- informar aos alunos os objetivos e conteúdos do curso e disciplinas;
- conhecer e avaliar os materiais de estudo, assim como reforçar os materiais de estudo;
- Estimular a interação entre os alunos, favorecendo a comunicação entre eles;

## 1.12 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA IES

Os recursos audiovisuais e de multimídia para as atividades são computadores, câmeras, datashows, etc, entre outros.

Todo o processo de ensino-aprendizagem a distância tem como base a existência de aparatos de informática (hardware), computação (software) e comunicação que possibilitem a execução do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, viabilizam e tornam amigáveis (interação homem-máquina) os acessos para os discentes aos materiais didáticos, além de permitir a interação destes com seus colegas e com os tutores, docentes, coordenadores e mesmo a Direção (através da ouvidoria).

A difusão dos materiais e a base para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem se dá através do AVA.

As aulas serão disponibilizadas aos alunos no tempo certo de acordo com a matriz curricular, sendo que os meios para os conteúdos chegam aos alunos são eletrônicos e com base na rede de computadores e comunicação disponível no país.

O discente acessa o AVA através do site da LEGALE, o qual está configurado para computadores, celulares e *tablets*. Desse modo, o aluno tem acesso aos materiais e aos recursos didáticos a qualquer hora e em qualquer lugar onde estejam, o que propicia experiências diferenciadas de aprendizagem.

É sabido no atual estágio de desenvolvimento da sociedade que o tempo é moeda de ouro. Assim, o discente da LEGALE poderá usufruir de um dos mais poderosos atributos do ensino a distância, ou seja, a possibilidade de estudar onde se encontre, otimizando seu tempo livre. No contexto da localização da LEGALE, em uma das maiores cidades do mundo, onde o deslocamento toma tempo precioso de todos, é um diferencial do aluno da LEGALE

poder estudar inclusive enquanto se encontra dentro do transporte público, mesmo onde não tenha sinal de internet, por exemplo, eis que o conteúdo das aulas também é disponível off-line.

Do mesmo modo, o aluno pode interagir com docentes, tutores e com os diversos canais da IES de onde se encontre, através de e-mails, chats ou aplicativos de videoconferência, como já exposto acima.

### 1.13 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

Ambientes virtuais de aprendizagem programados que auxiliam na montagem de cursos acessíveis pela internet, auxiliando os professores no gerenciamento de conteúdos para os alunos e na gestão do curso, acompanhando progresso do processo de aprendizagem dos alunos.

Como ferramenta para o ensino à distância, são usados para divulgar o conteúdo das aulas, substituindo as aulas presenciais.

No caso da *LEGALE*, o ambiente (plataforma) a ser utilizado para a elaboração e controle do processo de ensino-aprendizagem é o *Brightspace*, da Pearson, ferramenta de LMS, com a internet sendo o meio de acessibilidade ao conteúdo do curso e suas decorrentes atividades, como por exemplo os fóruns.

A Pearson é empresa de educação e produção de conteúdos de vasta experiência e credibilidade mesmo em âmbito nacional. Assim, destaca-se que a ferramenta é adequada, apresentando os conteúdos de forma agradável, registrando o percurso do aluno e intercalando com recursos de interação, como testes de verificação.

Há espaços de diálogo, como fóruns, entre tutores, discentes e docentes, para que interajam no processo de aprendizagem e para que reflitam sobre o conteúdo das disciplinas, permitindo seu aperfeiçoamento.

Uma vez aprovado o curso, os docentes serão imediatamente contratados para gravarem vídeos de apoio ao material, em material complementar ao curso.

Todos os materiais, recursos e tecnologias são acessíveis, sendo atualizados e geridos pela Pearson. A acessibilidade metodológica se manifesta na organização didática dos conteúdos, respeitando uma progressão no processo de aprendizagem. Já a acessibilidade instrumental e comunicacional se materializa na possibilidade de uso de recursos de acessibilidade compatíveis.

Há avaliações periódicas previstas, desde aquelas de acompanhamento da progressão do aluno, até aquelas oficiais. Seus resultados são enviados aos docentes e aos tutores, para que possam debater, junto ao NDE e à Coordenação, com o intuito de promover contínua melhoria ao Curso.

### 1.14 MATERIAL DIDÁTICO

O material didático descrito no PPC, a ser disponibilizado aos discentes, foi elaborado pela **PEARSON** e validado e adaptado pela equipe multidisciplinar para garantir o desenvolvimento na formação definida no projeto pedagógico, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação, e prevê linguagem inclusiva e acessível, com recursos inovadores.

Para os alunos com deficiência visual a *LEGALE* disponibiliza e orienta ao uso de software de leitura, a fim de que possam acompanhar as aulas disponibilizadas no AVA. Para uso na sede, mediante agendamento, há teclados em braile.

Já quanto aos alunos com deficiência auditiva, em caso de aulas complementares que venham a ser gravadas, será disponibilizada a tradução via interprete de Libras.

Reitera-se que, além da bibliografia básica e complementar, cada aluno terá a sua disposição o acesso aos mais de 9 mil títulos da biblioteca virtual da **PEARSON**, bem como a repositórios de periódicos, cujos links encontram-se disponíveis na Área do Aluno.

### 1.15 PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Reforçando a intenção de formar um profissional consciente de seu papel na sociedade, responsável ética e socialmente, o sistema de avaliação dos cursos de graduação busca a integração do processo de ensino-aprendizagem de acordo com a proposta de cada disciplina que compõe a matriz curricular.

Não obstante, a sistemática é a estabelecida no regimento da faculdade, homologado pelo MEC, que é a seguinte:

- a média para aprovação em cada disciplina é 7,0 (sete);
- a média para aprovação é obtida pela média das notas bimestrais;
- a nota bimestral é a soma da nota da prova bimestral cujo valor máximo é 7,0 (sete) com a nota de atividades obtidas através de outros instrumentos de avaliação, cujo valor máximo é 3,0 (três).

O discente que não for aprovado na disciplina deverá realizar o exame. O discente que não lograr aprovação em duas ou mais disciplinas, ficará retido na série, cursando novamente o período menos as disciplinas já aprovadas e não obtendo a certificação oferecida no módulo até que seu conteúdo seja totalmente completado.

Independente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado na disciplina o aluno que não tenha obtido frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas exigidas, percentualmente contabilizado através do AVA, após as avaliações regulares ou processos de recuperação.

Alunos amparados por legislação específica possuem tratamento excepcional no caso de dependências e adaptações, segundo normas estabelecidas pela Coordenação.

As disciplinas práticas, de projetos ou de caráter experimental e laboratoriais, diante de não sua obrigatoriedade, não estão previstas no curso.

Não obstante, existem os Projetos Integradores – PIG, que foram tratados especificamente anteriormente e que possuem regulamento específico.

Caso o discente falte em uma das provas bimestrais, poderá requerer e realizar a prova substitutiva, solicitando-a com antecedência de mínima 72 horas.

Ressalte-se que os procedimentos de acompanhamento e avaliação dos discentes previstos nesse projeto, como forma de mensurar os resultados, a eficiência do processo de ensino-aprendizagem, atendem à concepção do curso de Gestão Pública, bem como possibilitam o desenvolvimento e autonomia do aluno que possui, a todo momento, mecanismos e canais de atendimento pedagógico que permitem o atingimento maximizado de seus potenciais.

Não basta, assim, avaliar o aluno, atribuindo-lhe simples conceitos e qualidade de aprovado ou não aprovado. Somente através do feedback dado pelos professores e tutores é que o aluno poderá compreender, aprender e apreender conteúdos, sendo capaz de articulá-los com a prática. Assim, a LEGALE mensura o aproveitamento de seus alunos através das avaliações oficiais, dos exercícios aplicáveis às unidades de aprendizagem das disciplinas, dos fóruns e dos demais canais de atendimento dos quais o aluno se utilizar.

Através do suporte oferecido ao discente, bem como da metodologia de ensino-aprendizagem aplicável, a LEGALE busca desenvolver no aluno sua autonomia nesse processo, a qual vai sendo conquistada conforme seu progresso no curso, de modo que, ao final, o aluno atenda ao perfil do egresso que a IES almeja.

Através dos resultados obtidos, aos quais serão incorporados os relatórios da CPA, a LEGALE orienta suas estratégias de melhorias contínuas, sobretudo para incremento do processo de ensino-aprendizagem, com vistas ao melhor resultado para o discente.

## 1.16 NÚMERO DE VAGAS

Considerando-se as instalações da LEGALE, bem como as condições de sua infraestrutura, o número de vagas solicitados para a autorização do curso é de 100 (cem) vagas anuais, considerando-se que, no momento do credenciamento somente a sede será polo.

Tal número também se baseou em estudos levantados pela LEGALE, bem como em indicadores de qualidade educacionais que demonstram que tal número de vagas é adequado à dimensão do corpo docente, de tutores e as condições de infraestrutura física e tecnológica, necessárias ao ensino.

Uma das bases do estudo foi o MAPA do Ensino Superior editado anualmente pelo INSTITUTO SEMESP.

Análises de mercado e de posicionamento demográfico demonstram a existência de campo muito maior de potenciais alunos, mas a LEGALE, primando pela qualidade do ensino e à excelência do atendimento aos alunos, tem por escolha número compatível com suas políticas institucionais.

## DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE

### 2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O NDE é composto por 5 (cinco) docentes, todos com Pós-Graduação Stricto Sensu, com atribuições definidas em Regimento Próprio do NDE aprovado pela Congregação. Todos os membros do NDE estão desde o início do curso, ou seja, participaram de sua implantação e consolidação. O coordenador do Curso compõe o NDE.

A totalidade dos membros do NDE tem regime de trabalho em tempo integral, sendo composto por 4 doutores e 1 mestre.

Os membros do NDE atuarão no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, **realizando** estudos e atualização periódica, **verificando** o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e **analisando** a adequação do perfil do egresso.

Também é papel do NDE verificar se o perfil do egresso da IES, tal como previsto nas Diretrizes Curriculares do curso, atende às novas demandas do mercado de trabalho. O NDE da LEGALE está incumbido ainda de planejar os procedimentos para permanência de parte de seus membros até que se dê não apenas a autorização do curso, mas principalmente seu reconhecimento, como meio de se garantir a aderência do projeto pedagógico e a manutenção de sua estrutura base, propondo, quando se fizer necessária, atualização do presente PPC.

De forma geral, são atribuições do NDE, entre outras:

1. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
2. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino-aprendizagem constantes no currículo;
3. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso.

DOCENTES	Formação	Regime de Trabalho	Titulação
Marcelo Cometti (Coordenador)	Direito	Integral	Doutor
Fábio Vieira Figueiredo	Direito	Integral	Doutor
Carolina Dalla Pace	Direito e Filosofia	Integral	Mestre
Adriano de Assis Ferreira	Direito	Integral	Doutor



Paulo Vitor Sanches Lira	Ciências Econômicas	Integral	Doutor
--------------------------	------------------------	----------	--------

Nos artigos 3 e 4 estão definidas as atribuições do NDE e sua composição, reproduzidas a seguir.

**Artigo 3º** – São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- (a) Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso, definindo sua concepção, fundamentos e metodologias;
- (b) Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- (c) Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- (d) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso e na Congregação da Faculdade, sempre que necessário;
- (e) Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado de Curso e pela Direção Geral da Faculdade;
- (f) Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- (g) Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- (h) acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando à Direção Geral da Faculdade a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

**Artigo 4º** – O Núcleo Docente Estruturante de cada curso de graduação é constituído:

- (a) pelo Coordenador do Curso, como seu presidente;
- (b) pelo menos 30% (vinte por cento) do corpo docente.

**Parágrafo Único** – Caso ocorram alterações na composição de acordo com normas determinadas pelo Ministério da Educação, a Direção Geral da Faculdade deverá proceder a adequação de sua composição.

## 2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O núcleo central da equipe multidisciplinar está na sede da **LEGALE**, indo além da estrutura individual do curso, cuja existência se justifica como mais um elemento para orientar e executar as ações de ensino à distância: a existência dessa equipe permite uma sinergia que intensifica o processo de ensino-aprendizagem de cada um dos cursos.

A equipe multidisciplinar é formada pelo Diretor Geral, pelo Coordenador do curso, por membros do NDE, por professores, por tutores, pelo responsável pela TI (Tecnologia de Informação), por psicólogo ou psicopedagogo, por docentes/especialistas convidados e outros consultores, em suas diversas áreas do conhecimento, em virtude de suas habilidades e competências.

Essa equipe tem várias finalidades, sendo a principal em garantir o funcionamento do curso e auxiliar na solução das dúvidas dos alunos, o que garante uma configuração adequada para o desenvolvimento da proposta de ensino-aprendizagem.

Tal equipe será responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para educação a distância. É responsável ainda pela elaboração de relatórios documentados dos processos de trabalho formalizados.

Enfim, a equipe multidisciplinar contempla todos os agentes envolvidos com o "sistema EAD" e que participam, em maior ou menor escala, no desenvolvimento do processo de ensino.

Outro importante objetivo da equipe multidisciplinar Núcleo tem como principais responsabilidades o planejamento da oferta de curso, a organização do AVA – ambiente virtual de aprendizagem e realização do processo de desenvolvimento do corpo de tutores.

Cabe destacar que todos os alunos poderão encaminhar, para funcionário/secretário, requerimentos eletrônicos com solicitação diversas que serão resolvidas pelo próprio funcionário ou encaminhadas a quem tenha competência para decidi-lo.

O Núcleo Docente Estruturante é composto por profissionais que coordenam o processo de ensino-aprendizagem, participando da elaboração da proposta pedagógica dos cursos oferecidos, orientando e supervisionando a elaboração e aplicação dos planos de ensino, tutoria e mediação, com a anuência das aprovações dos colegiados de cursos com presença do coordenador, todos os docentes e dos tutores à distância, além do representante dos alunos – suas funções serão descritas mais detalhando adiante.

Os tutores são responsáveis por elaborar a documentação que compõe a metodologia do tutorial dos cursos à distância, como planos de ensino, planos de tutoria e planos de estudos dos alunos, que são submetidos e aprovados pela coordenação.

Destaque-se que o tutor acompanha a trajetória dos alunos no decorrer de todo o curso, estimulando e apoiando o desempenho nas atividades, o que só reitera a importância de sua fala, o que revela seu grau de importância pela maior interação com o corpo discente.

Mediante agendamento prévio, os discentes terão a possibilidade de ao menos uma consulta por semestre letivo com o profissional psicólogo/psicopedagogo para atendimento sobre questões pessoais que impactam o aproveitamento escolar, como forma também de minimizar a evasão escolar.

### 2.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

O coordenador do curso, é, via de fato, o gestor pedagógico do curso, auxiliado pelo Núcleo Docente Estruturante.

Suas atribuições estão previstas no Regimento Geral e cabe repeti-las como forma de apresentar as principais ações do coordenador:

- I. Supervisionar os trabalhos do curso;
- II. Instituir os requerimentos a serem submetidos à decisão do Diretor Geral, quando formulados por alunos de graduação;
- III. Controlar a observância, pelos Docentes, dos prazos e normas didáticas, dando conhecimento das ocorrências ao Diretor Geral;
- IV. Aprovar os horários das atividades;
- V. Junto com o Núcleo Docente Estruturante, elaborar e aprovar o Projeto Pedagógico do Curso oferecido pela **LEGALE**;
- VI. Acompanhar os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso junto ao Ministério da Educação;
- VII. Exercer outras atribuições por delegação do Diretor Geral;
- VIII. Indicar nomes para a contratação de docentes;
- IX. Criar programas que visem a integração da comunidade interna e externa;
- X. Supervisionar fomento e promoção de Projetos e Programas de Ensino, Iniciação à Pesquisa e Extensão;
- XI. Elaborar os processos de aquisição de equipamentos de laboratório, acervo bibliográfico e materiais de apoio às atividades didáticas – pedagógicas;
- XII. Desempenhar todos os demais atos de gestão que lhe forem atribuídos pela Mantenedora ou pelo Diretor Geral.

- XIII. Representar o Colegiado de Curso junto às autoridades e órgãos da Instituição;
- XIV. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso sob sua responsabilidade;
- XV. Supervisionar e fiscalizar a execução das atividades didático-pedagógicas programadas, bem como a assiduidade dos docentes;
- XVI. Responder pelo funcionamento geral do curso em seus aspectos, pedagógicos, científicos, extensionistas, políticos, éticos e administrativos;
- XVII. Integrar ensino, iniciação à pesquisa e extensão através de parcerias;
- XVIII. Acompanhar a atuação de docentes e discentes nos ambientes acadêmicos da Faculdade;
- XIX. Aprovar o processo de aproveitamento de estudos e as adaptações curriculares provenientes das transferências de discentes;
- XX. Incentivar docentes e discentes ao aperfeiçoamento pessoal e profissional;
- XXI. Elaborar o plano de atribuição de aulas aos docentes com base nas diretrizes traçadas pela Mantenedora e submetê-lo à homologação pelo Diretor Geral;
- XXII. Emitir pareceres sobre aproveitamento de estudos, adaptações, matrícula de dependências e outras situações previstas por legislação específica, no estreito limite do curso sobre sua responsabilidade;
- XXIII. Orientar docentes na elaboração de Planos Especiais de Estudo destinados a suprir deficiências de aprendizagem apresentadas pelos alunos;
- XXIV. Indicar docentes para as atividades de monitoria e tutoria.

## **EXPERIÊNCIA DO COORDENADOR**

Marcelo Tadeu Cometti é Doutor em Ciências pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2016). Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP (2007), mesma instituição em que obteve os títulos de pós-graduado em Direito Empresarial (2004) e bacharel em Direito (2001).

Como docente, possui vasta experiência em ensino à distância, tendo iniciado sua atividade como professor, em 2004, em cursos preparatórios para concursos jurídicos e exame da OAB, cujas aulas eram transmitidas, via satélite, para todo o país. No ensino superior, iniciou sua atividade docente, em 2005, no curso de graduação em Direito da Faculdade Tijucussu, mantida pela Organização Sulcaetanense de Educação e Cultura Ltda. (2005-2007). Foi também professor dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito Damásio de Jesus (2007-2013) e das Faculdades Metropolitanas Unidas (2014-2015). É, desde 2009, professor dos cursos de graduação da Universidade São Judas, ministrando aulas presenciais e à distância. Também é professor dos cursos de pós-graduação, na modalidade à distância, da EBRADI – Escola Brasileira de Direito e, na modalidade presencial, do COGEAE da PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da Escola de Direito da FGV – Fundação Getúlio Vargas, da ESA SP – Escola Superior da Advocacia de São Paulo e da EPD – Escola Paulista de Direito.

Como gestor na área de educação, fundou, em 2003, o IDEJUR – Instituto de Desenvolvimento de Estudos Jurídicos e Aperfeiçoamento Cultural Ltda., sendo responsável pelas matrizes curriculares dos cursos livres e preparatórios e avaliação do desempenho docente e discente, bem como dos cursos de pós-graduação presenciais ofertados em convênio com a Faculdade de Direito Damásio de Jesus, durante os anos de 2009 a 2012. Entre os anos de 2007 e 2011 exerceu a função de coordenador geral dos cursos

preparatórios para concursos e exame da OAB do Damásio Educacional S/A, sendo responsável pelas matrizes curriculares, elementos de aprendizagem, seleção e supervisão do corpo docente dos cursos presenciais e à distância, ofertados nas modalidades satelitário e online. Em 2014, fundou o Saraiva Prepara, em parceria com a Saraiva Livres e Editores, exercendo a função de diretor acadêmico responsável pela criação das matrizes curriculares, dos elementos de aprendizagem, seleção do corpo docente e acompanhamento da jornada do aluno no ambiente virtual de aprendizagem. Em 2016, fundou com a Ânima Educação S/A, a EBRADI – Escola Brasileira de Direito, com uma proposta inovadora de ensino à distância em cursos livres e de pós-graduação em Direito, passando a exercer a função de diretor acadêmico dessa instituição. Em 2018, como executivo da Ânima Educação S/A, participou da fundação da HsmU e, em 2019, da HsmU Code Scholl, ambas escolas digitais que atuam, respectivamente, nas áreas de gestão e tecnologia.

Também integrou a IV Turma de Vogais da Junta Comercial do Estado de São Paulo (2011-2013), atuando como representante do Governo do Estado de São Paulo. É, atualmente, Presidente da Comissão de Estudos sobre Microempresas e Startups do IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo e coordenador científico do núcleo temático de Direito Comercial da ESA SP. É autor e coordenador de dezenas de obras e artigos científicos publicados especialmente pela Editora Saraiva, Editora Revista dos Tribunais e Editora Juspodivm.

#### **2.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR**

O Coordenador do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da **LEGALE**, será contratado, assim que o curso for autorizado, para trabalho em regime de tempo integral, ou seja, 40 (quarenta) horas. Dessas 40 horas, para que possa cumprir com as atribuições previstas no item anterior, deverá dispor de ao menos 30 (trinta) horas exclusivamente destinadas à atividade de Coordenação, podendo no que respeita as demais horas, desenvolver outras atividades no curso, como a de docente.

Assim, com tal regime de trabalho e tempo dedicado à Coordenação, o Coordenador terá condições de atender plenamente as demandas do curso, nelas consideradas a gestão do mesmo, a interface entre docentes, discentes, tutores e equipe multidisciplinar, bem como a representatividade junto aos órgãos colegiados, como NDE e Congregação, além das outras atribuições regimentais previstas.

#### **2.5 CORPO DOCENTE**

Composto apenas por mestres e doutores, nas mais variadas formações acadêmicas, todos com larga experiência docente e com experiência significativa em ensino a distância, além de profissionais atuantes em seus respectivos nichos, conforme relação abaixo:

##### **Prof. Dr. Marcelo Tadeu Cometti (Coordenador do Curso)**

Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo

Regime de Tempo Integral - TI

RG 25.517.231-X

CPF/MF 278.153.138-33

E-mail: [mtcometti@hotmail.com](mailto:mtcometti@hotmail.com)

Experiência docente: 15 anos em educação superior

Experiência em EAD: 15 anos

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0266064810989157>

Disciplina(s): Introdução ao Estudo do Direito e Metodologia Científica

##### **Prof. Dr. Adriano de Assis Ferreira**

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo  
Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade de São Paulo  
Regime de Tempo Integral - TI  
RG 27.887.708-4  
CPF/MF 282.552.888-99  
E-mail: prof.adriano@gmail.com  
Experiência docente: educação superior, desde 2004  
Experiência em EAD: desde 2004  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1917011515776326>  
Disciplina(s): Ética e Cidadania, Orçamento Público e Técnicas de Comunicação

**Prof. Dr. Fábio Vieira Figueiredo**

Doutor e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Regime de Tempo Integral - TI  
RG 27757428-6  
CPF/MF 30820691852  
E-mail: fabiovigueiredo@uol.com.br  
Experiência docente: 18 anos  
Experiência em EAD: 18 anos  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5311875993557019>  
Disciplina(s): Gestão de Projetos, Gestão de Projetos e Responsabilidade Socioambiental

**Prof. Ms. Gerson Cometti**

Mestre em Controladoria pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado  
Regime de Tempo Integral - TI  
RG 3.596.870-9  
CPF/MF 513.991.058-68  
E-mail: [gerson.cometti@terra.com.br](mailto:gerson.cometti@terra.com.br)  
Experiência docente: 15 anos em educação superior  
Experiência em EAD: 10 anos  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7412310235142896>  
Disciplina(s): Contabilidade, Análise de Demonstrações Contábeis e Finanças

**Prof. Dr. Braz Bello Júnior**

Doutor em Ciências pela USP  
Regime de trabalho : horista  
RG 6989443-7 SSP  
CPF/MF 064455778-81  
E-mail: [bbello@uol.com.br](mailto:bbello@uol.com.br)  
Experiência docente: 25 anos em educação superior  
Experiência em EAD: 20 anos  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3685546079985825>  
Disciplina(s): PIG I,II, III e IV

**Ricardo Lerche Eleutério**

Economista. Mestre em Administração pela Universidade Paulista.  
Regime de Trabalho: Horista  
RG 18461724-8  
CPF/MF 245.887.428-25  
E-mail: ricardo.eleuterio@uol.com.br  
Experiência docente: 14 anos em educação superior  
Experiência em EAD: 4 anos  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0668533457605804>

Disciplina(s): Matemática Estatística

**Daniel Clayton Moreti**

Advogado. Doutor em Direito pela PUC/SP  
Regime de Tempo Parcial  
RG 28.319.147-8  
CPF/MF 280.083.688-10  
E-mail: [daniel.moreti@fogacamoreti.com.br](mailto:daniel.moreti@fogacamoreti.com.br)  
Experiência docente: 15 anos em educação superior  
Experiência em EAD: 15 anos  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3703945943445086>  
Disciplina(s): Gestão Tributária

**José Roberto de Melo Jacintho**

Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais  
Regime de Tempo Parcial  
RG 17369825-6  
CPF/MF 042.713.658-07  
E-mail: [jroberto@niquelfer.com.br](mailto:jroberto@niquelfer.com.br)  
Experiência docente: 20 anos em educação superior  
Experiência em EAD: 2 anos  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1394319934839178>  
Disciplina(s): Planejamento estratégico, Matemática Financeira e Sistemas de informação

**Paulo Vitor Sanches Lira**

Doutor em Economia.  
Regime de Tempo integral  
RG 28.780.309-0  
CPF/MF 325.328.948-65  
E-mail: [lira.paulovitor@gmail.com](mailto:lira.paulovitor@gmail.com)  
Experiência docente: 8 anos em educação superior  
Experiência em EAD: 3 anos  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3668205619336178>  
Disciplinas: Teoria da Administração, Economia e Gestão, Administração de Recursos Humanos, Gestão de Pessoas e Servidor Público e Planejamento Urbano.

**Isa Gabriela de Almeida Stefano**

Doutora em Direito  
Regime de Trabalho: Horista  
RG 28.709.965-9  
CPF/MF 295.771.908-80  
E-mail: [isa.stefano@gmail.com](mailto:isa.stefano@gmail.com)  
Experiência docente: 15 anos em educação superior  
Experiência em EAD: 3 anos  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3668205619336178>  
Disciplinas: Diversidade Cultural

**Carolina Dalla Pacce**

Regime de Tempo Integral  
Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (2010)  
Bacharel em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2020)  
Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (2015)  
RG. 43.99.718-5



CPF/MF 343.028.998-08

E-mail: carolinadallapacce@gmail.com

Experiência Docente: 4 anos

Experiência em EAD: 3 anos

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6221387618187204>

Disciplinas: Licitações e contratos públicos e Direito Municipal e Eleitoral

De acordo com o perfil do egresso previsto nesse PPC, a titulação do corpo docente está adequada ao que se espera de seu desempenho em sala de aula, de forma que os professores previstos para o curso, têm a capacidade, aferida por sua experiência pregressa na docência no ensino superior e no ensino a distância, para **analisar** os conteúdos dos componentes curriculares, **abordando** a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, **fomentando** o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, disponível ao discente através da Biblioteca Virtual da Pearson e de outros repositórios gratuitos.

## 2.6 CORPO DOCENTE – REGIME DE TRABALHO

O regime de trabalho do corpo docente previsto **possibilita** o atendimento **integral** da demanda, **considerando** a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem.

Considerando o número de vagas anuais solicitadas, o regime de trabalho dos professores do curso de Gestão Pública atende às necessidades dos alunos e à realização das atividades estabelecidas regimentalmente, bem como daqueles que compõem o NDE e outros órgãos colegiados na IES.

No ato da contratação dos docentes, no momento do funcionamento do curso, após sua autorização, o contrato de trabalho de cada docente registrará a carga horária específica por atividade desenvolvida no âmbito do curso, como aulas, acompanhamento de alunos, participação no NDE, orientação em iniciação científica, entre outros. Tal relatório de atividades e distribuição de horas de trabalho também ficará à disposição da Coordenação do Curso, para acompanhamento e supervisão.

Os professores serão contratados para dedicação total ou parcial, conforme tabela abaixo, a partir do início das atividades do curso, posteriores ao ato de autorização.

Nome	Regime de Trabalho
Adriano de Assis Ferreira	Integral
Braz Bello Júnior	Horista
Daniel Clayton Moreti	Parcial
Fábio Vieira Figueiredo	Integral
Gerson Cometti	Integral
José Roberto de Melo Jacintho	Parcial
Paulo Vitor Sanches Lira	Integral
Ricardo Lerche Eleutério	Horista
Isa Gabriela de Almeida Stefano	Horista
Carolina Dalla Pacce	Integral
Marcelo Tadeu Cometti	Integral

## 2.7 CORPO DOCENTE – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Com referido acima, todos os professores do curso, para além de experiência docente, possuem larga e relevante experiência profissional em suas respectivas áreas de atuação.

A LEGALE entende que a experiência profissional de cada docente contribui para o enriquecimento da concepção do curso e na transmissão de conhecimento práticos aos alunos, o que, sem dúvida, é um ponto importante para aprendizagem.

Há que se tomar como premissa que o curso de Gestão Pública da LEGALE prima também pela interdisciplinaridade, de forma que a experiência profissional dos docentes de diversas áreas do conhecimento é relevante na medida em que justifica seu desempenho esperado em sala de aula. Somente quem tem experiência é que pode apresentar exemplos contextualizados e próximos à realidade, relacionados aos problemas práticos.

A relação entre o conteúdo teórico de cada uma das unidades curriculares é que possibilita o fazer profissional atualizado, promovendo a compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e permitindo a análise das competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

Nome	Experiência em anos
Adriano de Assis Ferreira	21
Braz Bello Júnior	25
Daniel Clayton Moreti	15
Fábio Vieira Figueiredo	20
Gerson Cometti	50
José Roberto de Melo Jacintho	30
Paulo Vitor Sanches Lira	10
Ricardo Lerche Eleutério	25
Isa Gabriela de Almeida Stefano	18
Carolina Dalla Pacce	11
Marcelo Tadeu Cometti	20

## 2.8 CORPO DOCENTE – EXPERIÊNCIA DOCENTE ENSINO SUPERIOR

O corpo docente da LEGALE, para o curso em Gestão Pública é composto de professores com vasta experiência em ensino superior, conforme tabela abaixo:

Nome	Experiência em anos
Adriano de Assis Ferreira	17
Braz Bello Júnior	25
Daniel Clayton Moreti	15
Fábio Vieira Figueiredo	18
Gerson Cometti	15
José Roberto de Melo Jacintho	20
Paulo Vitor Sanches Lira	8
Ricardo Lerche Eleutério	14
Isa Gabriela de Almeida Stefano	15
Carolina Dalla Pacce	4
Marcelo Tadeu Cometti	15

No momento de selecionar seus professores a LEGALE considera as respectivas experiências no ensino superior, pois entende que é de extrema importância para que se

possa mensurar seu futuro desempenho em sala de aula. Os professores do Curso de Gestão Pública, na modalidade EAD, da LEGALE, deverão **possuir a** capacidade para **promover** ações que **permitam identificar** as dificuldades dos alunos, **expondo** os conteúdos em linguagem aderente às características da turma. Ainda que o material didático já tenha sido previamente produzido pela Pearson, os professores gravarão aulas complementares, bem como poderão participar de aulas transmitidas por videoconferência, e, dessa forma, deverão ser capazes de **apresentar** exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares. Nesse sentido, a prévia experiência docente é um dos parâmetros de qualidade para atender a tal objetivo.

Além disso, os docentes são encarregados de **elaborar** atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, auxiliados pelos tutores, orientados pelo NDE e supervisionados pela Coordenação. Deverão, assim, **utilizar** os resultados para redefinição de sua prática docente no período.

É sabido que a experiência laboral, em qualquer área do conhecimento burila aquele que se dedica, por longa data, à determinada atividade. O mesmo ocorre com a docência, um dos únicos redutos de trabalho no qual a idade mais avançada não se coloca como impeditivo, mas, ao contrário, consolidam a imagem do professor, afirmando-o como líder e também elevando sua produção.

## 2.9 CORPO DOCENTE – EXPERIÊNCIA DOCENTE EAD

Em se tratando de uma faculdade que se credencia para o oferecimento de cursos superiores de graduação e pós-graduação a distância, além de cursos de extensão também nessa modalidade, a experiência dos docentes em educação a distância, é um ponto extremamente importante.

A educação a distância, embora não seja recente em sua concepção genérica, vem ganhando cada vez mais espaço, vencendo pré-conceitos equivocados e mostrando que, sendo bem aplicada, orientada e supervisionada, é tão eficiente quanto o ensino presencial.

Em tempos de pandemia, em que muitas das atividades cotidianas se consolidaram sob a forma remota, o ensino a distância conquista espaços antes não concedidos e se consolida sobretudo na educação superior. Assim, na busca pelos docentes para integrar o curso, para além de se buscar profissionais qualificados e com aderência às matérias do curso, a LEGALE buscou no mercado aqueles profissionais que já possuíam experiência no ensino a distância.

Verifica-se que experiências anteriores envolvem vivências com ensino híbrido, com aulas telepresenciais, com tutorias, com aulas gravadas, entre outras.

Assim, considerando-se o perfil do egresso constante no PPC, pela experiência do corpo docente em EAD, resta demonstrada e justificada a relação desta com o desempenho que se espera dos professores, restando demonstrada sua capacidade para **identificar** as dificuldades dos alunos, bem como a de **expor** o conteúdo em linguagem aderente às características do curso. Além disso, pela experiência prévia em ensino a distância, o corpo docente se mostra qualificado para **apresentar** exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares do Curso de Gestão Pública, e **para elaborar** atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas **utilizando** os resultados para redefinição de sua prática docente no período.

Assim, professores abaixo relacionados possuem toda vivência com o ensino a distância em suas diversas modalidades.

Nome	Experiência em anos
Adriano de Assis Ferreira	17

Braz Bello Júnior	20
Daniel Clayton Moreti	15
Fábio Vieira Figueiredo	18
Gerson Cometti	10
José Roberto de Melo Jacintho	2
Paulo Vitor Sanches Lira	3
Ricardo Lerche Eleutério	7
Isa Gabriela de Almeida Stefano	3
Carolina Dalla Pace	3
Marcelo Tadeu Cometti	15

## 2.10 CORPO DOCENTE – EXPERIÊNCIA TUTOR A DISTÂNCIA

Conforme tabela acima, os docentes do curso possuem experiência docente em ensino a distância, tendo atuado, pelo tempo acima mencionado, tanto quanto professores, como professores-tutores presenciais e a distância.

Os professores do curso, sempre com vistas ao perfil do egresso previsto nesse projeto e no CNST, considerando-se também a modalidade de ensino a distância, bem como a metodologia prevista para o curso de Gestão Pública da LEGALE, exercem, ao lado dos tutores específicos, algumas atividades de tutoria.

Os tutores previstos para o curso, especificamente, devem ser capazes de **fornecer** suporte às atividades dos docentes, **realizar** mediação pedagógica junto aos discentes, **demonstrar** inequívoca qualidade no relacionamento com os estudantes, **incrementando** processos de ensino aprendizagem e **orientar** os alunos, sugerindo atividades e leituras complementares que auxiliam sua formação.

Nesse sentido, a experiência na prática da tutoria é que permite aferir o atingimento de tais metas, eis que se trata de atividade com perfil específico.

## 2.11 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

Conforme consta no Regimento a ser aprovado pelo MEC.

**Artigo 22º.** O Colegiado de Curso é presidido pelo Coordenador e congrega os Professores das disciplinas que o integram e o Diretor Geral, um representante da Coordenação Didático-Pedagógica, um representante da Secretaria e um representante do Corpo Discente.

**Parágrafo Único.** **A participação do representante do Corpo Discente garante, por parte da LEGALE, o caráter e o estilo democrático do Colegiado de Curso.**

**Artigo 23º.** Colegiado de Curso reúne-se **ordinariamente**, uma vez por período (**letivo**) quando convocado pelo Coordenador e extraordinariamente, por solicitação do Diretor Geral ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros.

**Artigo 24º.** Compete ao Colegiado de Curso:

Aprovar a definição e alterações curriculares do curso, propostos pelo Coordenador;  
Deliberar sobre propostas de integração com a comunidade;

Aprovar regulamentação do Estágio Supervisionado, bem como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)/Projeto Experimental, e outras atividades propostas pelo Coordenador;  
Emitir parecer, quando solicitado, sobre aproveitamento de estudos, adaptações e outras situações encaminhadas pela coordenação ou direção;

Apoiar o Coordenador do Curso em suas funções e atribuições, contribuindo com sugestões e melhorias para o bom andamento do curso.

A atuação do colegiado deverá ser planejada semestralmente, de acordo com a demandas do curso, mediante proposta elaborada pelo NDE e aprovada pelo Coordenador do curso.

## 2.12 TUTORES – TITULAÇÃO E FORMAÇÃO

O corpo inicial de tutores que exercerão a tutoria à distância e também presencial, possui experiência na área e também formação específica.

TUTORES	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO
Cinthy Nunes Vieira da Silva	Direito	Mestre
Narcelo Adelqui Felca	Direito	Mestre
Carolina Dalla Pacce	Direito e Filosofia	Mestre

## 2.13 TUTORES – EXPERIÊNCIA EAD

Assim como já exposto acima, o corpo de tutores possui larga experiência em EAD, tendo desempenhado, ao longo dos anos, vários papéis na formação de alunos em sistema de ensino híbrido e totalmente a distância.

DOCENTES	EXPERIÊNCIA (anos)
Cinthy Nunes Vieira da Silva	15
Narcelo Adelqui Felca	15
Carolina Dalla Pacce	3
<b>Experiência Média</b>	<b>11 anos</b>

## 2.14 TUTORES – INTERAÇÃO TUTOR, DOCENTE E COORDENADOR

Antes de descrever a interação, é necessário destacar que boa parte dos tutores também atuam como docentes - o material que é utilizado nas aulas é preparado internamente por docentes qualificados em termos de conteúdo para o processo de ensino aprendizagem. Esse sistema foi criado com o objetivo de combinar as ações para a interação com os alunos através do uso de tecnologias de informação e comunicação, comunicação esta que combina as modalidades para realizar não somente o atendimento das demandas, mas também para acompanhar e motivar o aluno de modo a oferecer todas as possibilidades de comunicação para o seu melhor desempenho no curso.

A coordenação de todo o processo de tutoria presencial e a distância está na sede da **LEGALE**, responsável pelo funcionamento dos cursos.

A equipe sediada na sede da **LEGALE** planeja, gerencia e organiza todo o processo de tutoria do curso.

As atividades dos tutores deverão ser programadas semestralmente, em documento que estabeleça seu cronograma e atuação, o qual será elaborado pelo e aprovado pelo NDE, a fim de possibilitar condições de mediação e articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso, considerando as necessárias análises sobre a interação para encaminhamento das diversas questões do curso, pedagógicas e/ou operacionais, bem como prevendo avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores.

## 2.15 DOCENTE – PRODUÇÃO CIENTÍFICA

O corpo docente da **LEGALE**, formado exclusivamente por mestres e doutores, inclusive o Coordenador, tem produção científica relevante, com publicação de livros e artigos científicos, conforme relação quantitativa abaixo e conforme consta de seus respectivos currículos lattes, cujos links se encontram nesse projeto.

Como a produção científica dos professores possui caráter dinâmico, esta pode ser conferida em detalhes através de acesso aos respectivos currículos lattes. A tabela abaixo é apenas uma representação quando no momento da elaboração e atualização desse PPC.

## ANEXO A – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA

Através de contrato realizado com a Pearson a LEGALE disponibiliza aos seus alunos acervo virtual com mais de 9 mil títulos, os quais podem ser acessados de forma ininterrupta, enquanto esses mantiverem vínculo com a IES. O acervo da **bibliografia básica** é **adequado** em relação às unidades curriculares.

Os alunos possuem acesso através de link disponibilizado no AVA. Tal acesso pode ser feito onde o aluno se encontrar, bem como também nas dependências da IES, mediante agendamento prévio.

### **Módulo 1- Bases da Gestão Pública**

#### **TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO**

**UNIDADE I - Introdução às teorias de administração: APRESENTAÇÃO.** As organizações e a administração. Os administradores e a administração. O estudo de teorias em administração. Condições geradoras do pensamento administrativo. **UNIDADE II - Escola clássica de administração. APRESENTAÇÃO.** Contextualização. O movimento da administração científica. Gestão administrativa. Teoria da burocracia. **UNIDADE III - Escola comportamental. APRESENTAÇÃO.** Contextualização. Escola de relações humanas. Abordagem cognitiva. Abordagem comportamental. **UNIDADE IV - A escola quantitativa e a escola contingencial. APRESENTAÇÃO.** A escola quantitativa. Teoria dos sistemas.

Enfoque contingencial

Bibliografia básica:

ORLICKAS, Elizenda. Modelos de Gestão: das teorias da administração à gestão estratégica. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SILVA, Reinaldo O. da. Teorias da Administração. 3a Edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

VIZEU, Fabio. Teorias da Administração: origem, desenvolvimento, implicações. Curitiba: Intersaberes, 2019.

Bibliografia complementar:

CARAVANTES, Geraldo; PANNO, Cláudia; KLOECKNER, Mônica. Administração: teorias e processos. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

CERTO, Samuel. Administração moderna. 9a edição. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

CHOWDHURY, Subir. Administração no Século XXI: o modo de gerenciar hoje e no futuro. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2003.

DECENZO, David e ROBBINS, Stephen. Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações. 4a edição. São Paulo, Prentice Hall, 2004.

SOBRAL, Filipe e PECCI, Alketa. Fundamentos de Administração. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

#### **Planejamento Estratégico**



**UNIDADE I - Aspectos introdutórios e conceitos.** APRESENTAÇÃO. Fundamentos de estratégia e planejamento. A evolução do pensamento estratégico. O planejamento e seus elementos. Planejamento estratégico, tático e operacional. As escolas do pensamento estratégico. Miopia estratégica. **UNIDADE II - Plano estratégico.** APRESENTAÇÃO. Visão estratégica. Análise SWOT. Análise setorial. Análise de cenários. Estabelecimento de objetivos. **UNIDADE III - As dimensões da estratégia** APRESENTAÇÃO. Estratégias corporativas, de unidade de negócios e funcionais. Estratégias competitivas. Implantação da estratégia. Cadeia de valor. Programa de macroações estratégicas. Projetos estratégicos. **UNIDADE IV - Custos, controles e competências estratégicas.** APRESENTAÇÃO. Orçamento estratégico. Conceito de controle estratégico e o aprendizado organizacional. Mapeamento das competências essenciais da organização

Bibliografia básica:

NOGUEIRA, Cleber Suckow (Org.). Planejamento estratégico. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

REZENDE, Alcides. Planejamento estratégico público ou privado com inteligência organizacional. Curitiba: Intersaberes, 2018.

TORI, Jackson de. O planejamento estratégico governamental: reflexões metodológicas e implicações na gestão pública. Curitiba: Intersaberes, 2016.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Airton (Org.). Planejamento Estratégico de RH. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

BARBOSA, Milton de Almeida. Planejamento Estratégico para a Gestão Pública. Curitiba: COntentus, 2020.

MARTINR, Tomas e CRUZ, June. Planejamento Estratégico Orçamentário. Curitiba: Intersaberes, 2012.

ORLICKAS, Elizenda. Modelos de Gestão: das teorias da administração à gestão estratégica. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PIZE, Adilson. Planejamento Estratégico e Alinhamento de Projetos. Rio de Janeiro: Brasport, 2015.

### Matemática Estatística

**UNIDADE I - Introdução à álgebra.** APRESENTAÇÃO. Conjuntos numéricos e os números reais. Radiciação e Polinômios e fatoração. Expressões fracionárias. **UNIDADE II - Equações e inequações.** APRESENTAÇÃO. Equações. Inequações **UNIDADE III - Estatística descritiva.** APRESENTAÇÃO. Introdução à estatística. Estatística descritiva. **UNIDADE IV - Probabilidade e distribuições de probabilidade.** APRESENTAÇÃO. Conceitos básicos de probabilidade e contagem. Probabilidade condicional. Variáveis aleatórias e distribuições de probabilidade.

Bibliografia básica:

BONAFINI, F. C. (Org.). Matemática. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

BONORA JUNIOR, Dorival. Estatística Básica. São Paulo: Ícone, 2020.

CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Estatística aplicada a todos os níveis. 2ª Edição. Curitiba: Intersaberes, 2021.

Bibliografia complementar:

BONAFINI, F.C. Estatística. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BONAFINI, F.C (Org.). Estatística II. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David R. Estatística para ciências humanas. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

PIANEZZER, Guilherme Augusto. Modelagem estatística. Curitiba, Intersaberes, 2021.

SILVA, Rodolfo dos Santos. Estatística aplicada. Curitiba: Intersaberes, 2021.

### Introdução ao Direito

**UNIDADE I - Noções de Direito.** APRESENTAÇÃO. O Direito, a Moral e a Justiça. Ramos do Direito. Fontes do Direito. A lei: conceito, vigência, interpretação e integração. **UNIDADE II - Teoria do Estado e Direito Constitucional.** APRESENTAÇÃO. Teoria do Estado. A

Constituição Federal brasileira. A organização dos poderes. Direitos e garantias individuais e sociais. **UNIDADE III - Direito Civil.** Direito Civil: parte geral I. Direito Civil: parte geral II. Direito Civil: parte especial I. Direito Civil: parte especial II. **UNIDADE IV - Noções de Direito Tributário, Direito Administrativo e Direito Processual.** Noções de Direito Tributário. Sistema Tributário Nacional. A Administração Pública. Noções de Direito Processual.

Bibliografia básica:

GLASENAPP, Ricardo (Org.). Introdução ao direito. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

MELLO, Cleysson. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Processo, 2021.

QUADROS, Doacir Gonçalves de. Fundamentos em ciência política e teoria do Estado. Curitiba: Intersaberes, 2021.

Bibliografia complementar:

DRESH, Rafael de Freitas Valle. Fundamentos do Direito Privado. 2ª edição. Rio de Janeiro: Processo, 2019.

QUENEHEN, Rômulo. Direito administrativo. Curitiba: Intersaberes, 2021.

ROCHA, Marcelo e SENA, Daniel. Direito Constitucional. São Paulo: Rideel, 2021.

ROCHA, Marcelo e SILVA, Guilherme. Direito Tributário. São Paulo: Rideel, 2021.

SALES, Fernando Augusto De Vita Borges de. Manual de Direito Processual Civil. 2ª edição. São Paulo: Rideel, 2020.

## **Economia e Gestão**

**UNIDADE I - Economia regional e urbana.** APRESENTAÇÃO. Economia urbana.

Processo de urbanização. Crescimento e declínio urbanos. Estrutura espacial: vida urbana e rural. Evolução da estrutura: setor público, transportes e tecnologia. Região e inovação.

Políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde e segurança. **UNIDADE II - A geopolítica e a globalização.** APRESENTAÇÃO. Geopolítica. Introdução à geopolítica.

Geografia política e geopolítica. Teoria e linguagens geográficas. Teoria do conflito, do poder e da segurança. Mapa social e geopolítico. Globalização. Biodiversidade. Ecologia

**UNIDADE III - Tópicos essenciais para gestão de recursos humanos.**

APRESENTAÇÃO. Desenvolvimento interpessoal. Personalidade. Auto e

heteroconhecimento. Teoria das inteligências múltiplas. Relações de trabalho. Motivação conceitos e estratégias. Administração do tempo. Administração de conflitos. **UNIDADE IV -**

**O papel da comunicação nas organizações.** APRESENTAÇÃO. Comunicação e

feedback. Empatia e comunicação. Comunicação interpessoal. Comportamento defensivo e receptivo em comunicação.

Bibliografia básica:

MENDES, Judas. Economia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

SILVA, Adalberto Oliveira da; MENDES, Judas Tadeu Grassi (ORGs). Economia e gestão. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

DREYER, Bianca Marder; TERRA, Carolina; RAPOSO, João Francisco. Comunicação organizacional: Práticas, desafios e perspectivas digitais. São Paulo: Summus, 2021.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Airton (Org.). Planejamento Estratégico de RH. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

FROTA, André Francisco Matsuno. Geopolítica. Curitiba: Intersaberes, 2020.

MENEZES, Rafael Pereira de; GARCIA, Manon. Gestão de recursos humanos no setor público. Curitiba: Intersaberes, 2020.

ORLICKAS, Elizenda. Modelos de Gestão: das teorias da administração à gestão estratégica. Curitiba: Intersaberes, 2012.

REMONATO, Roberto Luiz. Economia brasileira. Curitiba: Intersaberes, 2020.

## **Contabilidade**

**Unidade I – Contabilidade.** Noções básicas de contabilidade. Técnicas contábeis. Atos e fatos administrativos. Exercícios. **Unidade II - Técnicas Contábeis.** Apresentação.

Classificação dos fatos contábeis. Patrimônio. Escrituração das contas. **Unidade III – Fatos Contábeis.** Apresentação. Organização de contas. Demonstrações contábeis. Introdução à contabilidade gerencial. **Unidade IV - Contabilidade de custos e sistemas de custeio.** Apresentação. Contabilidade de custos. Sistema de custeio por absorção. Sistema de custeio variável. Sistema de custeio baseado em atividades (ABC)

Bibliografia básica:

MOURA, Ivanildo Viana. Abordagens teóricas da contabilidade. Curitiba: Intersaberes, 2020.

SANTOS, Antônio Sebastião dos (Org.). Contabilidade. 2a edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

VALADARES, Eduardo Bernardo Monteiro; LEMOS, Marcelo Jacomo. Contabilidade e Orçamento Governamental. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

Bibliografia complementar:

COELHO, Gabriel N. Contabilidade Governamental. Curitiba: Intersaberes, 2020.

COELHO, Gabriel N. Contabilidade pública e gerencial. Curitiba: Intersaberes, 2020.

LORENTZ, Francisco. Contabilidade e Análise de Custos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

MOURA, Ivanildo Viana. Contabilidade gerencial. Curitiba: Intersaberes, 2020.

OLIVEIRA, André Júnior de. Contabilidade das Organizações. Curitiba: Intersaberes, 2020.

## Módulo 2 – ÁREAS DA GESTÃO PÚBLICA

### Matemática Financeira

**Unidade I – Juros Simples.** Apresentação. Conceitos Básicos. Regime de capitalização simples. Descontos. **Unidade II – Juros Compostos.** Apresentação. Métodos para cálculo dos juros compostos. Usando a tecnologia. Equivalência de capitais e taxas a juros compostos. **Unidade III - Séries de Pagamento.** Séries uniformes de pagamento. Sistemas de amortização. Usando a tecnologia. **Unidade IV - Avaliação de investimento.** Métodos e critérios de avaliação de investimentos. Análise e avaliação econômica de investimentos de capital

Bibliografia básica:

CASTANHEIRA, Nelson Pereira; MACEDO, Luiz Roberto Dias de. Matemática financeira aplicada. Curitiba: Intersaberes, 2020.

CHIEREGATTI, Bruno e LIMA, João. Minimanual de Matemática Financeira. São Paulo: Rideel, 2017.

WAKAMATSU, A. (Org.) Matemática Financeira. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

Bibliografia complementar:

BARROS, Dimas. Série concurso descomplicado matemática financeira. 5ª edição. São Paulo: Rideel, 2019.

FERREIRA, Paulo Vagner. Matemática financeira na prática. Curitiba: Intersaberes, 2020.

PADOVEZE, Clóvis. Matemática financeira. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

SAMANEZ, Carlos. Matemática Financeira. 5a edição. São Paulo: Pearson, 2010.

VANNUCCI, Luiz Roberto. Matemática Financeira e Engenharia Econômica. 2a edição. São Paulo: Blucher, 2017.

### Gestão Tributária

**UNIDADE I - Contabilidade físico-tributária.** APRESENTAÇÃO. Sistema Tributário Nacional. Legislação Tributária. Gestão e planejamento tributário. Contabilidade físico-tributária **UNIDADE II - Tratamento contábil tributário.** APRESENTAÇÃO. Tributos indiretos. Tributos operacionais. Tributos e estimativa do preço de venda. Tributos diretos **UNIDADE III - Lucro: conceitos contábeis e tributários.** APRESENTAÇÃO. Apuração e distribuição do lucro. Lucro real. Lucro presumido e lucro arbitrado. Tributo sobre os ativos

imobilizados **UNIDADE IV - Contabilização do simples**. APRESENTAÇÃO. Simples nacional. Conceitos gerais. Organizações beneficiadas. Opção e aplicação

Bibliografia básica:

BAZZI, Samir (Org.). Gestão tributária. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

GARCIA, Edino Ribeiro; MENDES, Wagner. Regimes de Tributação. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

LUZ, Érico Eleuterio da. Contabilidade tributária. 2ª edição. Curitiba: Intersaberes, 2021.

Bibliografia complementar:

CAROTA, José Carlos. Manual de Direito Tributário e Financeiro Aplicado. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.

FERNANDES, Andressa Guimarães Torquato. Tributação, Direitos Fundamentais e Desenvolvimento. São Paulo: Blucher, 2018.

HAUSER, Paolla. Contabilidade tributária: dos conceitos à aplicação. Curitiba: Intersaberes, 2018.

PEREIRA, Paulo Henrique Rodrigues. Revisão fiscal: Oportunidades tributárias: legislação e prática. São Paulo: Trevisan, 2018.

ROCHA, Marcelo e SILVA, Guilherme. Direito Tributário. São Paulo: Rideel, 2021.

## Gestão de Projetos

**Unidade I – Iniciando um projeto.** Fundamentos para a gestão de projetos. Projetos e operações rotineiras. Pressões, motivos e benefícios para a gestão de projetos. PMI, PMBOK e ciclo de vida de um projeto. **Unidade II - Integração, escopo, cronograma e custos em projetos.** Integração, escopo e Estrutura Analítica do Projeto (EAP).

Gerenciamento do cronograma. Gerenciamento dos custos **Unidade III – Pessoas, comunicações, partes interessadas, recursos e aquisição de um projeto.** Pessoas e projetos. Gerenciamento das comunicações e das partes interessadas. Gerenciamento de recursos, aquisições e suprimentos. **Unidade IV – Qualidade, meio ambiente e riscos de um projeto** Gerenciamento da qualidade e gerenciamento ambiental. Gerenciamento do risco

Bibliografia básica:

CARVALHO, F. C. A. (Org.) Gestão de projetos. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

COSTA, Adriana Bastos da; PEREIRA, Fernanda da Silva. Fundamentos de gestão de projetos: da teoria à prática – como gerenciar projetos de sucesso. Curitiba: Intersaberes, 2019.

SOUZA, Carla Patricia da Silva. Gestão de projetos. Curitiba: Intersaberes, 2021.

Bibliografia complementar:

BUENO, Gislaine. Gestão de projetos para cybersecurity. Curitiba: Intersaberes, 2020.

CARVALHO JÚNIOR, Moacir Ribeiro de. Gestão de Projetos da academia à sociedade. Curitiba: Intersaberes, 2014.

FERRARO, Norimar. Ferramentas BIM em gestão de projetos. Curitiba: Intersaberes, 2021.

HACK, Neiva Silvana. Gestão de projetos sociais. Curitiba: Intersaberes, 2020.

RODRIGUES, Eli. 21 Erros Clássicos da Gestão de Projetos. Rio de Janeiro: Brasport, 2019.

## Ética e Cidadania

**UNIDADE I - Filosofia geral.** APRESENTAÇÃO. O que é filosofia? Filosofias brasileiras. Filosofia hoje

**UNIDADE II - Introdução à ética e moral.** APRESENTAÇÃO. O homem em sociedade. O conceito de ética. Fontes das regras morais e comportamento ético. Algumas doutrinas éticas. A ética perante a modernidade. **UNIDADE III – Cidadania.** APRESENTAÇÃO.

Conceitos. Bases históricas. Ideologias **UNIDADE IV - Cidadania e diversidade no Brasil: retratos contemporâneos da mobilização social** APRESENTAÇÃO. Raízes históricas das etnias do povo brasileiro. Diversidade cultural, étnica e religiosa  
Movimentos sociais. Cidadania contemporânea

#### Bibliografia básica:

BERTHOLDI, Juliana. Ética, Direitos Humanos e Direitos da Cidadania. Curitiba: Intersaberes, 2020.

LOURENÇO, Nivaldo Vieira. Ética. Curitiba: Intersaberes, 2020.

MARCON, K. J. (Org.). Ética e cidadania. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

#### Bibliografia complementar:

BRAGA JUNIOR, Antônio Djalma; MONTEIRO, Ivan Luiz. Fundamentos da ética. Curitiba: Intersaberes, 2016.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (orgs). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2010.

POLESI, Reginaldo. Ética antiga e medieval. Curitiba: Intersaberes, 2014.

RODRIGUES, Janine Andreiv. Gestão pública e cidadania. Curitiba: Intersaberes, 2020.

SIDGWICK, Henry. História da Ética. São Paulo: Ícone, 2020.

### **Análise de Demonstrações Contábeis**

**UNIDADE I - Introdução à análise das demonstrações contábeis.** APRESENTAÇÃO.

Análise das demonstrações contábeis. Tipos e métodos de análise. Estrutura das demonstrações financeiras. Modelo de padronização das demonstrações contábeis.

**UNIDADE II - Análise financeira por meio de índices.** APRESENTAÇÃO. Aspectos teóricos dos índices financeiros. Análises vertical e horizontal. Análise da liquidez da empresa. Análise da lucratividade da empresa. EXERCÍCIOS.

**UNIDADE III - Análise do desempenho da empresa.** APRESENTAÇÃO. Análise da estrutura de capitais. Análise do endividamento. Análise de rentabilidade. Análise do desempenho da empresa. **UNIDADE IV**

**- Análise de capital e de mercado.** APRESENTAÇÃO. Análise do capital de giro. Análise dos ciclos da empresa. Análise das ações da empresa. Análises do mercado de capitais

#### Bibliografia básica:

BAZZI, Samir. (Org.). Análise das demonstrações contábeis. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

ERMEL, Marcelo Daniel Araújo. Análise e demonstrações contábeis. Curitiba: Intersaberes, 2020.

MOURA, Ivanildo Viana. Estrutura das demonstrações contábeis. Curitiba: Intersaberes, 2020.

#### Bibliografia complementar:

COELHO, Gabriel N. Contabilidade Governamental. Curitiba: Intersaberes, 2020.

COELHO, Gabriel N. Contabilidade pública e gerencial. Curitiba: Intersaberes, 2020.

MELO, Moisés Moura de. Demonstrações contábeis. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

SAPORITO, Antonio. Análise e demonstrações contábeis. Curitiba: Intersaberes, 2015.

VALADARES, Eduardo Bernardo Monteiro; LEMOS, Marcelo Jacomo. Contabilidade e Orçamento Governamental. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

### **Administração de RH**

**UNIDADE I - Conhecendo e planejando o RH.** APRESENTAÇÃO. A evolução histórica das ideias de RH no mundo. O processo de administração de recursos humanos (ARH).

Análise, descrição e especificação de cargos. Métodos para coleta de dados. **UNIDADE II - Recrutando e selecionando pessoas.** APRESENTAÇÃO. Fontes de recrutamento.

Políticas e processos de recrutamento. O processo de seleção. Técnicas de seleção.

**UNIDADE III - Administração de pessoas, de cargos e salários.** APRESENTAÇÃO.

Motivação. Treinamento e desenvolvimento. Cargos e salários: conceituação e elaboração de planos. Remuneração. **UNIDADE IV - Avaliando RH.** APRESENTAÇÃO. Avaliação de pessoas. Avaliação da gestão de pessoas

#### Bibliografia básica:

MENEZES, Rafael Pereira de; GARCIA, Manon. Gestão de recursos humanos no setor público. Curitiba: Intersaberes, 2020.

PAIVA, Kely César Martins de. Gestão de recursos humanos: teorias e reflexões. Curitiba: Intersaberes, 2019.



PEQUENO, Álvaro (Org.). Administração de recursos humanos. 2ª ed. São Paulo: Pearson, 2018.

Bibliografia complementar:

BUSSE, Angela Maria Fagnani; MANZOKI, Simone Luiza. Auditoria de Recursos Humanos. Curitiba: Intersaberes, 2014.

COUTINHO, Isabel; MUNIZ, Antonio; BOCCALETTI, Paulo; FOGEL, Andresa; GRANADEIRO, Juliano; CARVALHO, Renata; BRIDER, Thayana. Jornada RH ágil: entenda como a agilidade e as relações humanizadas colaboram para construir times protagonistas e resultados de valor. Rio de Janeiro: Brasport, 2021.

DESSLER, Gary. Administração de recursos humanos. 2ª ed. São Paulo: Pearson, 2003.

KUABARA, Paula Suemi Souza. Estruturas e processos de Recursos Humanos. Estruturas e processos de Recursos Humanos. Curitiba: Intersaberes, 2014.

NERI, Agnaldo (Org.). Gestão de RH por competências e a empregabilidade. Campinas: Papirus, 2013.

### **MÓDULO III: Gestão Pública**

#### **LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

##### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Legislação aplicável. Princípios. Pressupostos da Licitação. Cabimento. Objeto licitável. Modalidades. Tipos. Licitação dispensada, dispensável e inexigível. Registros cadastrais e de preços. Procedimento licitatório. Fase Interna. Fase Externa: edital, habilitação, propostas, julgamento, homologação, adjudicação. Anulação e Revogação. Penalidades para o licitante. Recursos Administrativos. Pregão presencial e eletrônico.

Bibliografia básica:

BITTENCOURT, Sidney. Contratos da Administração Pública: Oriundos de licitações, dispensas e inexigibilidades. Leme: Mizuno, 2016.

HACK, Érico. Licitações e contratos administrativos. Curitiba: Intersaberes, 2019.

ROCHA, Marcelo Hugo da; ALVES, Felipe Dalenogare. Direito Administrativo. São Paulo: Rideel, 2021.

Bibliografia complementar:

ABRAHÃO, Anderson Jamil. Legislação de Direito Administrativo. 15ª edição. São Paulo: Rideel, 2020.

ALVES, Felipe Dalenogare. Direito Administrativo - Teoria e Prática. São Paulo: Rideel, 2021.

BITTENCOURT, Sidney. Licitação de Tecnologia da Informação: Contratações de bens e serviços de informática e automação. Leme: Mizuno, 2018.

BITTENCOURT, Sidney. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011.

QUENEHEN, Rômulo. Direito Administrativo no Setor Público. Curitiba: Intersaberes, 2020.

#### **GESTÃO DE PESSOAS E SERVIDOR PÚBLICO**

##### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Administração de RH ou Gestão de Pessoas: evolução e desafios. Modelos e Políticas de Gestão de pessoas. Papéis de RH. As diferentes estratégias de captação de RH. Agentes públicos: conceito e classificação. Unicidade e multiplicidade de regimes jurídicos dos servidores no âmbito da Administração Pública. Política pública de pessoal na Constituição. O regime contratual: CLT. O Regime de contrato administrativo temporário. O regime estatutário e a Lei nº 8112/90. O regime disciplinar. Processo administrativo disciplinar. Crimes próprios de agentes públicos. Organização sindical e greve no serviço público. Seguridade social: conceito e perfil constitucional. Previdência social: conceito, histórico e princípios. Regimes previdenciários no Brasil. RPPS: financiamento e benefícios. Gestão de regimes próprios de previdência: aspectos gerais.

Bibliografia básica:



BEHNKE, Mônica Terezinha (Org.). Gestão de pessoas: artigos reunidos. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MENEZES, Rafael Pereira de; GARCIA, Manon. Gestão de recursos humanos no setor público. Curitiba: Intersaberes, 2020.

RAHME, Lucia Helena. Comunicação, marketing e novas tecnologias na gestão de pessoas. Curitiba: Intersaberes, 2017.

Bibliografia complementar:

ALVES, Alex C. A RECONDUÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO. Rio de Janeiro: Processo, 2020.

NÓBREGA, Tatiana de Lima; BENEDITO, Maurício Roberto de Souza. O Regime Previdenciário do Servidor Público: De acordo com a Emenda Constitucional 103/2019 - Reforma da Previdência. Indaiatuba: Foco, 2021.

PAIVA, Kely César Martins de. Gestão de recursos humanos: teorias e reflexões. Curitiba: Intersaberes, 2019.

PEQUENO, Álvaro (Org.). Administração de recursos humanos. 2ª ed. São Paulo: Pearson, 2018.

SILVA, Paulo Cesar da. Empreendedorismo e capacidade inovadora no setor público. Curitiba: Intersaberes, 2020.

## **TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO**

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Teoria da Comunicação. Elementos da Comunicação. Funções da Linguagem. Linguagem e Comunicação. Língua Oral e Língua Escrita. Conceito de Língua, linguagem e fala. Relações fala x escrita. Variação Linguística. Língua Padrão e Língua não Padrão. A estrutura do discurso, frase, oração e parágrafo. Noções Básicas de Coerência e Coesão Textuais. Comunicação Dirigida na Empresa: Carta, Memorando, Ofício, Circular, Requerimento, Curriculum vitae. Técnicas de comunicação oral. Tópicos gramaticais essenciais.

#### Bibliografia básica:

DREYER, Bianca Marder; TERRA, Carolina; RAPOSO, João Francisco. Comunicação organizacional: Práticas, desafios e perspectivas digitais. São Paulo: Summus, 2021.

SILVA, Fábio Ronaldo da. Comunicação e Tecnologia. Curitiba: Intersaberes, 2021.

ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2021.

#### Bibliografia complementar:

GODOI, Luciléia Silveira dos Santos. Neurocomunicação e comunicação não verbal aplicada à gestão de pessoas. Curitiba: Intersaberes, 2020.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org). Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania. São Caetano do Sul: Difusão, 2019.

LUZ, Sandro Fabiano da. Gestão da comunicação em projetos. Curitiba: Intersaberes, 2020.

ROCHA, Leonardo. A mídia e os novos meios de comunicação. Curitiba: Intersaberes, 2020.

VIEIRA-SOUZA, Priscila. Comunicação empresarial e organizacional. Curitiba: Intersaberes, 2020.

## **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

A Política Nacional do Meio Ambiente. Considerações gerais sobre a tutela penal e administrativa do meio ambiente. Tutela civil ambiental. Proteção do ambiente artificial. Proteção do ambiente cultural. Tutela pré-processual do meio ambiente.

#### Bibliografia básica:

MACHADO, Jeanne da Silva. A SOLIDARIEDADE SOCIAL E A SUSTENTABILIDADE NA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL GLOBALIZADA. Rio de Janeiro: Processo, 2019.

MAZZAROTTO, Ângelo de Sá. Direito e legislação ambiental. Curitiba: Intersaberes, 2020.

TEIXEIRA, Orci Paulino B. A fundamentação ética do estado socioambiental. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2013.

Bibliografia complementar:

BOSA, Cláudia Regina. Conservação e Manejo da Biodiversidade e Educação Ambiental. Curitiba: Intersaberes, 2020.

HARDT, Marlos. Gestão ambiental urbana. Curitiba: Intersaberes, 2020.

MATTHES, Rafael. Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Rideel, 2020.

PELANDA, André Maciel. Educação ambiental: construindo valores humanos através da educação. Curitiba: Intersaberes, 2021.

VASCONCELOS, Priscila Elise Alves. A FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DAS CIDADES. Rio de Janeiro: Processo, 2020.

## FINANÇAS

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:** Introdução às Finanças. Finanças Cooperativas. Métodos de Avaliação de Ativos. Modelos de risco e retorno. Decisões Estratégicas de investimento. Decisões Estratégicas de Financiamento.

Bibliografia básica:

COUTINHO, Doris de Miranda. Finanças Públicas: Travessia entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Blucher, 2018.

FRANCISCO FILHO, Valter Pereira. Finanças. São Paulo: Pearson, 2014.

PERIS, Renata Wandroski. Finanças públicas. Curitiba: Intersaberes, 2020.

Bibliografia complementar:

ANDRICH, Emir Guimarães; CRUZ, June Alisson Westarb; ANDRICH, Rene Guimarães; GUINDANI, Roberto Ari. FINANÇAS CORPORATIVAS: ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E DE INVESTIMENTOS. Curitiba: Intersaberes, 2014.

GUERRA, Carlos Eduardo; RIBEIRO, Ricardo Lodi (Orgs). FINANÇAS PÚBLICAS, TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro: Freitas BASTOS, 2015.

PERIS, Renata Wandroski. Finanças corporativas. Curitiba: Intersaberes, 2020.

SELEME, Laila Del Bem. Finanças sem complicação. Curitiba: Intersaberes, 2012.

STADLER, Adriano (Org.); RODERMEL, Pedro Monir; ARANTES, Elaine Cristina. Marketing e finanças. Curitiba: Intersaberes, 2013.

## SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:** Sistemas de informações gerenciais. O papel dos sistemas de informação no ambiente de negócios contemporâneos. Perspectivas em Sistemas de informação e Tecnologia de informação. Sistemas de Colaboração e Ferramentas de sócio business. Questões éticas e sociais nos sistemas de informação. Ferramentas da inteligência de negócios: gestão da informação e de banco de dados. Segurança em Sistema de Informação.

Bibliografia básica:

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. Administração pública digital: Proposições para o aperfeiçoamento do regime jurídico administrativo na sociedade da informação. Indaiatuba: Foco, 2020.

GAGNO, Roberta Ravaglio. Gestão de sistemas. Curitiba: Intersaberes, 2020.

MUNHOZ, Antonio Siemsen. Fundamentos de tecnologia da informação e análise de sistemas para não analistas. Curitiba: Intersaberes, 2017.

Bibliografia complementar:

ANDRADE, E. M. Planejamento, controle e informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2017.

LARA, Luiz Gustavo; Alves de; FRYSZMAN, Flavia. Administração, sistemas e ambientes. Curitiba: Intersaberes, 2019.

LIMA, Gercina Ângela de. Organização e Representação do Conhecimento e da Informação para WEB. Rio de Janeiro: Interciência, 2020.

OTTONICAR, S. L. C. Competência em informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2018.

RIBEIRO, André Ricardo Antunes. Ferramentas da informação para o gerenciamento de processos. Curitiba: Intersaberes, 2020.

## **MÓDULO IV: GESTÃO PÚBLICA AVANÇADA**

### **ORÇAMENTO PÚBLICO**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Fundamentos do Estudo dos Orçamentos Públicos. Sistemas de Planejamento no setor Público. Classificações Orçamentárias. Orçamento-Programa. O ciclo de planejamento e orçamento no Brasil. Processo orçamentário. Execução Orçamentária. Normas e regras de planejamento, orçamento e finanças: Lei 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Resoluções 40 e 43 do Senado Federal.

#### Bibliografia básica:

BOECHAT, Stephan Righi. Orçamento por Resultados e Direito Financeiro. São Paulo: Blucher, 2018.

CRUZ, June Alisson Westarb; CATAPAN, Anderson; BERNARDONI, Doralice Lopes. Planejamento e Orçamento na Administração Pública. 2 ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

LOCHAGIN, Gabriel Loretto. A execução do orçamento público: flexibilidade e orçamento impositivo. São Paulo: Blucher, 2016.

#### Bibliografia complementar:

CAVALCANTI, Marcos Ricardo Herszon. Direito à saúde e judicialização: A necessidade de reconstruir consensos ante os avanços científicos e o orçamento público. Belo Horizonte: Conhecimento, 2021.

MACEDO, Joel de Jesus; CORBARI, Ely Celia. Análise de Projeto e Orçamento Empresarial. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PASSEROTTI, Denis Camargo. O orçamento como instrumento de intervenção no domínio econômico. São Paulo: Blucher, 2017.

SÁ, Djalma de. Gestão do orçamento. Curitiba: Intersaberes, 2020.

VALADARES, Eduardo Bernardo Monteiro; LEMOS, Marcelo Jacomo. Contabilidade e Orçamento Governamental. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

### **GESTÃO DE CONTRATOS**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Contratos administrativos e Contratos de direito privado. Características. Requisitos. Formalização. Espécies. Cláusulas exorbitantes. Equação econômico-financeira. Execução e fiscalização. Penalidades. Extinção dos contratos administrativos. Figuras afins: convênios e termos de parceria. Conceito e abrangência do controle. Espécies. Controle Financeiro. Controle pelos Tribunais de Contas. Características e abrangência. Organização e competências do TCU e do TCE. Principais atos normativos. Controle Judicial. Ações constitucionais. Atuação do Ministério Público. Improbidade administrativa. Crimes na Lei 8.666/93.

#### Bibliografia básica:

HACK, Érico. Licitações e contratos administrativos. Curitiba: Intersaberes, 2019.

QUENEHEN, Rômulo. Direito Administrativo no Setor Público. Curitiba: Intersaberes, 2020.

ROCHA, Marcelo Hugo da; ALVES, Felipe Dalenogare. Direito Administrativo. São Paulo: Rideel, 2021.

#### Bibliografia complementar:

ALVES, Felipe Dalenogare. Direito Administrativo - Teoria e Prática. São Paulo: Rideel, 2021.

BITTENCOURT, Sidney. Contratos da Administração Pública: Oriundos de licitações, dispensas e inexigibilidades. Leme: Mizuno, 2016.

BITTENCOURT, Sidney. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011.

CAMPOS, Letícia Mirella Fischer. Administração pública estratégica: planejamento, ferramentas e implantação. Curitiba: Contentus, 2020.

MELLO, Cleyson de Moraes. Direito Civil — Contratos. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

## **DIREITO MUNICIPAL E ELEITORAL**

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**Direito Municipal** – Estudo analítico do Estatuto das Cidades e reflexões sobre a sua utilização na realidade brasileira. O Município na Constituição Federal. As competências municipais. O Município e Direito Ambiental. A Lei Orgânica de Município. O Direito de Construir. O Sistema Viário Urbano. Planejamento Municipal. Do Mobiliário Urbano. Do Parcelamento do Solo. Das Licenças Municipais. Dos Serviços Públicos. Bens Públicos Municipais. Da Ordenação do Uso e Ocupação do Solo. Noções sobre Estatuto das Cidades.

**Direito Eleitoral** – Noções Introdutórias e Conceitos Básicos. Princípios Constitucionais. Sistemas Eleitorais Adotados No Brasil. Legislação Brasileira Específica. A Justiça Eleitoral.

#### Bibliografia básica:

BORN, Rogério Carlos. Direito eleitoral. Curitiba: Intersaberes, 2020.

NEPOMUCENO, Luciana Diniz; FREITAS, Juliana; POGLIESE, Marcelo Weick. Aspectos polêmicos e atuais do Direito Eleitoral. São Paulo: Rideel, 2021.

SANTOS, Maria Helena Abdanur Mendes dos. Direito Urbanístico. Curitiba: Intersaberes, 2020.

#### Bibliografia complementar:

ALVES, Elizeu Barroso. Gestão de serviços públicos municipais. Curitiba: Intersaberes, 2020.

BERNARDI, Jorge Luiz. A Organização Municipal e a Política Urbana. Curitiba: Intersaberes, 2013.

CARVALHO, Claudio Frederico de. A evolução da segurança pública municipal no Brasil. Curitiba: Intersaberes, 2020.

FARINIUK, Tharsila Maynardes Dallabona. Elaboração e implementação do plano municipal de defesa social. Curitiba: Intersaberes, 2020.

RIBEIRO, Priscilla Bortolotto. Planejamento estratégico na gestão pública municipal. Curitiba: Intersaberes, 2020.

## **PLANEJAMENTO URBANO**

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Noções sobre as políticas públicas de competência federal, estadual e municipal nas áreas urbana e ambiental. Regiões Metropolitanas. Bases legais do urbanismo e meio ambiente. Conceitos de urbanização, intervenções públicas, gestão e planejamento urbano. Estatuto da Cidade, plano diretor, direito à moradia, meio ambiente, sustentabilidade, poluição, impacto ambiental e licenciamento ambiental. Estudo de casos.

#### Bibliografia básica:

ALVES, Elizeu Barroso. Gestão de serviços públicos municipais. Curitiba: Intersaberes, 2020.

MAZZAROTTO, Angelo Augusto Valles de Sá. Planejamento urbano. Curitiba: Intersaberes, 2020.

RIBEIRO, Priscilla Bortolotto. Planejamento estratégico na gestão pública municipal. Curitiba: Intersaberes, 2020.

#### Bibliografia complementar:

BERNARDI, Jorge Luiz. A Organização Municipal e a Política Urbana. Curitiba: Intersaberes, 2013.

CARVALHO, Claudio Frederico de. A evolução da segurança pública municipal no Brasil. Curitiba: Intersaberes, 2020.

FARINIUK, Tharsila Maynardes Dallabona. Elaboração e implementação do plano municipal de defesa social. Curitiba: Intersaberes, 2020.

HARDT, Marlos. Gestão ambiental urbana. Curitiba: Intersaberes, 2020.  
ROCHA, Rebeca Fernandes. Gestão pública municipal da saúde. Curitiba: Intersaberes, 2020.

## **METODOLOGIA CIENTÍFICA**

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Pesquisa bibliográfica e resumos. Ciência e conhecimento científico. Métodos científicos. Fatos, lei e teoria. Hipóteses. Variáveis. Pesquisa. Projeto e relatório de pesquisa. Trabalhos científicos. Publicações científicas. monografia.

#### Bibliografia básica:

ALEXANDRE, Agripa Faria. Metodologia Científica: Princípios e fundamentos. 3ª ed. São Paulo: Blucher, 2021.

MARCELINO, Carla Andréia Alves da Silva. Metodologia de pesquisa. Curitiba: Intersaberes, 2020.

OLIVEIRA, Ana Paula Weinfurter Lima Coimbra de. Metodologia científica. Curitiba: Intersaberes, 2021.

#### Bibliografia complementar:

BACARIN, Lígia Maria Bueno Pereira. Metodologias ativas. Curitiba: Intersaberes, 2020.

MASCARENHAS, Sidnei A. Metodologia científica. 2ª ed. São Paulo: Pearson, 2018.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 2019.

PEROVANO, Dalton Gean. Manual de metodologia da pesquisa científica. Curitiba: Intersaberes, 2016.

VUCKOVIC, Alexandre. Metodologias de investigação particular. Curitiba: Intersaberes, 2020.

## **DIVERSIDADE CULTURAL**

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Direitos Humanos. Noções, pressupostos e desafios. Dignidade da pessoa humana. Universalização dos direitos humanos. Mínimo existencial. Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Proteção internacional dos direitos humanos. Os direitos humanos na Constituição de 1988. Direitos humanos e segurança pública no Brasil. Conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença. Populações étnicas e diáspora. Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação anti-racista. Etnia/Raça e a indissociabilidade de outras categorias da diferença. Cultura e hibridismo culturais. Educação das Relações Etnico-Raciais. Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Movimentos Sociais e educação não formal. Pesquisas em educação no campo da educação e relações étnico-raciais.

#### Bibliografia básica:

CHICARINO, Tathiana (org). Diversidade cultural. São Paulo: Pearson, 2017.

FERREIRA, Patricia Itala. Gestão da diversidade e da interculturalidade nas organizações. Curitiba: Intersaberes, 2021.

SANTA RITA, Beatriz de Souza. Gestão da diversidade. Curitiba: Intersaberes, 2021.

#### Bibliografia complementar:

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Cultura e Diversidade. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MENDES, José Manuel; SANTOS, Boaventura de Sousa (orgs). Demodiversidade: Imaginar novas possibilidades democráticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

PERIGO, Katiucya. Diversidade e resistência: a construção de uma arte brasileira. Curitiba: Intersaberes, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARTINS, Bruno Sena (orgs). O pluriverso dos direitos humanos: A diversidade das lutas pela dignidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

VIANNA, Cláudia. Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: Breve história de lutas, danos e resistências. São Paulo: Pearson, 2018.

## FIG I,II, III E IV

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Orientar e acompanhar a evolução dos estudos de campo e projetos realizados pelos alunos com base nas disciplinas realizadas no turno letivo. As atividades podem ser realizadas na IES ou em órgãos públicos e privados.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Toda a bibliografia das disciplinas do semestre e mais aquelas necessárias para o desenvolvimento das atividades realizadas sob orientação docente

## LIBRAS (OPTATIVA)

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A disciplina visa formar professores para o magistério, habilitando-os para o seu exercício com pessoas surdo-mudas. Reflexão sobre as necessidades das surdo-mudas. Estudo do alfabeto surdo-mudo.

#### Bibliografia básica

SARNIK, Mariana Victoria Todeschini. **Libras**. Editora Intersaberes: Curitiba-PR, 2020.

BAGGIO, Maria Auxiliadora; CASA NOVA, Maria da Graça. **Libras**. Editora Intersaberes: Curitiba- PR, 2018.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (Orgs.); SANTOS, Lara Ferreira dos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **LIBRAS: Aspectos Fundamentais**. Editora Intersaberes: Curitiba-PR, 2019.

#### Bibliografia complementar

FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdos**. Editora Intersaberes: Curitiba-PR, 2014.

GOES, Maria Cecilia Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. Editora Autores Associados BVU: Campinas, SP, 2021.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. 2.ed. Editora Autores Associados BVU: Campinas, SP, 2020.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (Org.). **LIBRAS: Conhecimento além dos sinais**. Editora Pearson: São Paulo. 2013.

SILVA, Rafael dia (Org.). **Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Editora Pearson: São Paulo. 2013.